Projeto Bilhete de Passagem Eletrônico

BPe Transporte Aéreo
Nota Técnica 2025.002

Versão 2.00 – agosto de 2026

CGIBS

Receita Federal

ENCAT
Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais

Sumário

1.1. Conceitos 7
BPe TA (modelo 63) 7
DABPE 7
Chave de Acesso do BPe TA 7
Chave Natural do BPe TA 8
2.1. Modelo Conceitual 9
2.2. Padrões Técnicos 10
Padrão de documento XML 10
Padrão de Comunicação 11
Padrão de Certificado Digital 11
Padrão da Assinatura Digital 12
Validação da Assinatura Digital pelo Ambiente Autorizador 14
Resumo dos Padrões Técnicos 14
2.3. Modelo Operacional 15
2.4. Padrão de Mensagens dos Web Services 16
Área de dados das mensagens 16
Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services 16
Schemas XML das Mensagens dos Web Services 17
2.5. Versão dos Schemas XML 17
Liberação das versões dos schemas para o BPe TA 17
Correção de Pacote de Liberação 18
Divulgação de novos Pacotes de Liberação 18
Controle de Versão 18

2.6. Sistema de Registro de Eventos 19
Relação dos Tipos de Evento 20
Eventos de Marcação 20
2.7. Data e hora de emissão e outros horários 20
2.8. SEFAZ virtual 21
Grupo A: Validação do Certificado de Transmissão (protocolo TLS) 22
Grupo B-0: Validação da Compactação da Mensagem 22
Grupo B: Validação Inicial da Mensagem no Web Service 23
Grupo C: Validação da área de dados da mensagem 23
Grupo D: Validações do Certificado de Assinatura Digital 24
Grupo E: Validações da Assinatura Digital 24
4.1. WebService Síncrono de Recepção BPe TA 26
Leiaute Mensagem de Entrada 26
Leiaute Mensagem de Retorno 27
Leiaute de BPe processado 27
Regras de Validação Básicas do Serviço 28
Regras de Negócio do BPe TA 28
Final do Processamento do BPe TA 46
4.2. Serviço de Consulta Situação do BPe 46
Leiaute Mensagem de Entrada 47
Leiaute Mensagem de Retorno 47
Descrição do Processo de Web Service 48
Regras de Validação Básicas do Serviço 48
Validação das Regras de Negócio da Consulta Situação 48
Final do Processamento 49
4.3. Serviço de Consulta Status do Serviço de Autorização 50

Leiaute Mensagem de Entrada ... 50
Leiaute Mensagem de Retorno ... 50
Descrição do Processo de Web Service ... 51
Regras de Validação Básicas do Serviço ... 51
Validação das Regras de Negócio da Consulta Status Serviço ... 51
Final do Processamento ... 52
Leiaute Mensagem de Entrada ... 53
Leiaute Mensagem de Retorno ... 54
Descrição do Processo de Web Service ... 55
Regras de Validação Básicas do Serviço ... 55
Validação das Regras de Negócio do Serviço de Registro de Eventos ... 55
Processamento das validações específicas de cada evento ... 56
Final do Processamento do Evento ... 57
6.1. Evento de Cancelamento ... 58
Validação das Regras Específicas do Evento ... 58
Final do Processamento ... 59
6.2. Evento de Não Embarque ... 60
Validação das Regras Específicas do Evento ... 60
Final do Processamento ... 60
6.3. Evento de Fornecimento não realizado com pagamento antecipado ... 61
Validação das Regras Específicas do Evento ... 61
Final do Processamento ... 61
6.4. Evento de Ajuste do BPe TA – PENDENTE DE ESPECICAÇÂO ... 62
Validação das Regras Específicas do Evento ... 62
Final do Processamento ... 62
8.1. Código de Classificação Tributária do IBS/CBS ... 64

8.2. Cálculo do dígito verificador do CNPJ Alfanumérico 64
Cálculo do primeiro dígito verificador 65
Cálculo do segundo dígito verificador 66
Cálculo do dígito verificador da chave de acesso do BPe TA 67
8.3. Número do protocolo 67

Histórico de Alterações / Cronograma

Versão	Histórico de atualizações	Implantação Homologação	Implantação Produção
1.00	• Implantação do serviço de autorização do BPe TA	-	-
1.01	• Ajustes nos campos do IBS/CBS e Regras de validação		
1.02	• Ajuste na explicação da regra de valor do tributo negativo • IE do Emitente passa para ser campo opcional e validado se informado e necessário quando existir o par CNPJ e IE no cadastro da UF		
1.03	• Desativação das regras de validação da IE		
1.04	• Esclarecimento do preenchimento do campo vTotDFe		
1.04 a	• Excluída observação da regra F70		
1.04 b	• Correção na regra de redução de alíquota		
1.05	• Tag vTotDFe obrigatória		
1.06	• Inclusão de campos do tipo de operação e DFe referenciado nas compras governamentais		
1.06 a	• Ajustes nas mensagens de validação do compras gov		
1.06 a correção	• Retirada regra de validação de UF Ini = UF emit		
2.00	• Publicação versão final • Observação: a este documento devem ser aplicadas as modificações das NTs 2026.001 e 2026.002	Implantada	Implantada

1. Base Conceitual

1.1. Conceitos

BPe TA (modelo 63)
Bilhete de Passagem Eletrônico para Transporte Aéreo é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pelo ambiente nacional do BPe.

DABPE
O DABPE (Documento Auxiliar do Bilhete de Passagem Eletrônico) é um documento auxiliar impresso em papel e sua especificação/modelos de leiaute encontram-se disponíveis no documento Anexo II: Manual de Orientações do Contribuinte – DABPE.

Chave de Acesso do BPe TA
A Chave de Acesso do BPe TA é composta pelos seguintes campos que se encontram dispersos no leiaute do BPe TA:

	Código da UF	AAMM da emissão	CNPJ do Emitente	Modelo (mod)	Série (serie)	Número do BPe	Forma de emissão	Código Numérico	DV
Quantidade de caracteres	02	04	14	02	03	09	01	08	01

- **cUF** - Código da UF do emitente do Documento Fiscal
- **AAMM** - Ano e Mês de emissão da NFAg
- **CNPJ** - CNPJ do emitente
- **mod** - Modelo do Documento Fiscal
- **serie** - Série do Documento Fiscal
- **nBP** - Número do Documento Fiscal
- **tpEmis** - forma de emissão
- **cBP** - Código Numérico que compõe a Chave de Acesso
- **cDV** - Dígito Verificador da Chave de Acesso

Chave Natural do BPe TA

A Chave Natural do BPe TA é composta pelos campos de UF, CNPJ do Emitente, Série e Número do BPe TA, além do modelo do documento fiscal eletrônico e da forma de emissão. O Sistema de Autorização de Uso validará a existência de um BPe TA previamente autorizado e rejeitará novos pedidos de autorização para BPe TA com duplicidade da Chave Natural, quando autorizados no mesmo ambiente de autorização. A informação da Forma de Emissão pode indicar ambientes alternativos de autorização do Ambiente Nacional.

2. Arquitetura de Comunicação com Contribuinte

2.1. Modelo Conceitual

O ambiente autorizador de BPe irá disponibilizar os seguintes serviços:

a) Recepção de BPe TA (Modelo 63) – Modelo síncrono (uma BPe);
b) Consulta da Situação Atual do BPe TA;
c) Consulta do status do serviço.
d) Registro de Eventos

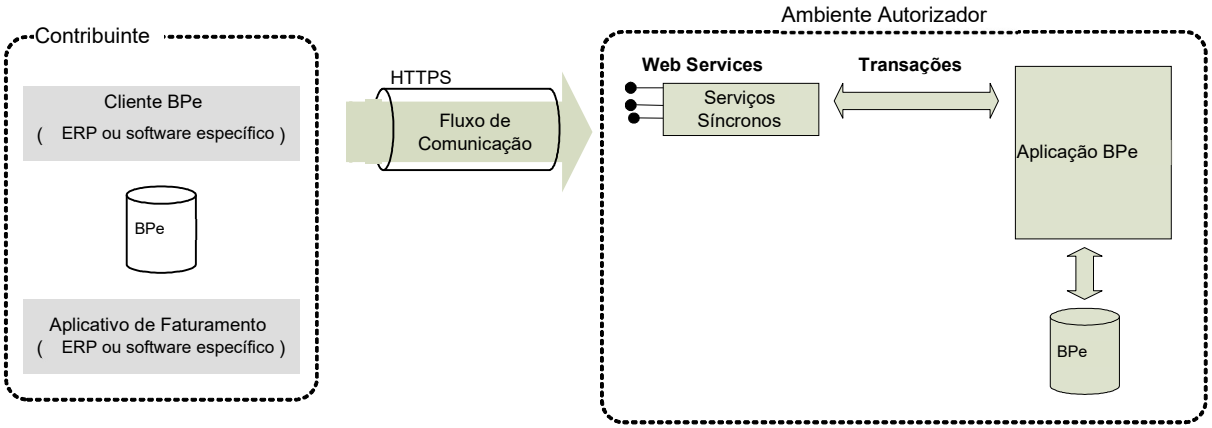
Para cada serviço oferecido existirá um Web Service específico. O fluxo de comunicação é sempre iniciado pelo aplicativo do contribuinte através do envio de uma mensagem ao Web Service com a solicitação do serviço desejado.

O Web Service sempre devolve uma mensagem de resposta confirmando o recebimento da solicitação de serviço ao aplicativo do contribuinte na mesma conexão.

O processamento da solicitação de serviço é concluído na mesma conexão, com a devolução de uma mensagem com o resultado do processamento do serviço solicitado;

O diagrama a seguir ilustra o fluxo conceitual de comunicação entre o aplicativo do contribuinte e o Ambiente Autorizador:

Arquitetura de Comunicação – Visão Conceitual



2.2. Padrões Técnicos

Padrão de documento XML

a) Padrão de Codificação

A especificação do documento XML adotada é a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em www.w3.org/TR/REC-xml e a codificação dos caracteres será em UTF-8, assim todos os documentos XML serão iniciados com a seguinte declaração:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
```

OBS: Lembrando que cada arquivo XML somente poderá ter uma única declaração <?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>.

b) Declaração namespace

O documento XML deverá ter uma única declaração de namespace no elemento raiz do documento com o seguinte padrão:

```
<BPeTA xmlns=”http://www.portalfiscal.inf.br/bpe” > (exemplo para o XML do BPe TA)
```

O uso de declaração namespace diferente do padrão estabelecido para o Projeto é vedado.

A declaração do namespace da assinatura digital deverá ser realizada na própria tag <Signature>, conforme exemplo abaixo.

c) Prefixo de namespace

Não é permitida a utilização de prefixos de namespace. Essa restrição visa otimizar o tamanho do arquivo XML.

Assim, ao invés da declaração:

`<BPe:BPeTA xmlns:BPe=”http://www.portalfiscal.inf.br/bpe”>` (exemplo para o XML do BPe TA com prefixo BPe) deverá ser adotada a declaração:

```
<BPeTA xmlns =”http://www.portalfiscal.inf.br/bpe” >
```

d) Otimização na montagem do arquivo

Na geração do arquivo XML do BPe TA, excetuados os campos identificados como obrigatórios no modelo (primeiro dígito da coluna de ocorrências do leiaute iniciada com 1, ex.: 1-1, 1-2, 1-N), não deverão ser incluídas as TAGs de campos com conteúdo zero (para campos tipo numérico) ou vazio (para campos tipo caractere).

Na geração do arquivo XML do BPe TA, deverão ser preenchidas no modelo apenas as TAGs de campos identificados como obrigatórios no leiaute ou os campos obrigatórios por força da legislação pertinente. Os campos obrigatórios no leiaute são identificados pelo primeiro dígito da coluna ocorrência (“Ocorr”) que inicie com 1, ex.: 1-1, 1-2, 1-N. Os campos obrigatórios por força da legislação pertinente devem ser informados, mesmo que no leiaute seu preenchimento seja facultativo.

A regra constante do parágrafo anterior deverá estender-se para os campos onde não há indicação de obrigatoriedade e que, no entanto, seu preenchimento torna-se obrigatório por estar condicionado à legislação específica ou ao negócio do contribuinte. Neste caso, deverá constar a TAG com o valor correspondente e, para os demais campos, deverão ser eliminadas as TAGs.

Para reduzir o tamanho final do arquivo XML do BPe TA alguns cuidados de programação deverão ser assumidos:

- Não incluir "zeros não significativos" para campos numéricos;
- Não incluir "espaços" ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs) no início ou no final de campos numéricos e alfanuméricos;
- Não incluir comentários no arquivo XML;
- Não incluir anotação e documentação no arquivo XML (TAG annotation e TAG documentation);
- Não incluir caracteres de formatação no arquivo XML ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs).

e) Validação de Schema

Para garantir minimamente a integridade das informações prestadas e a correta formação dos arquivos XML, o contribuinte deverá submeter o arquivo do BPe TA e as demais mensagens XML para validação pelo Schema (XSD – XML Schema Definition), disponibilizado pelo Ambiente Autorizador, antes de seu envio.

Padrão de Comunicação

A comunicação entre o contribuinte e o Ambiente de Autorização será baseada em Web Services disponíveis no Portal da SEFAZ Virtual.

O meio físico de comunicação utilizado será a Internet, com o uso do protocolo TLS versão 1.2, com autenticação mútua, que além de garantir um duto de comunicação seguro na Internet, permite a identificação do servidor e do cliente através de certificados digitais, eliminando a necessidade de identificação do usuário através de nome ou código de usuário e senha.

O modelo de comunicação segue o padrão de Web Services definido pelo WS-I Basic Profile.

A troca de mensagens entre os Web Services do Ambiente Autorizador e o aplicativo do contribuinte será realizada no padrão SOAP versão 1.2, com troca de mensagens XML no padrão Style/Enconding: Document/Literal.

A chamada dos diferentes Web Services do Projeto BPe é realizada com o envio de uma mensagem através do campo BPeDadosMsg.

A resposta do processamento da requisição pela aplicação do ambiente autorizador será realizada através de uma mensagem XML através do campo BPeResultMsg

Padrão de Certificado Digital

O certificado digital utilizado no Projeto do BPe TA será emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ da pessoa jurídica titular do certificado digital. Os certificados digitais serão exigidos em 3 (três) momentos distintos para o projeto:

a) **Assinatura de Mensagens:** O certificado digital utilizado para essa função deverá conter o CNPJ de um dos estabelecimentos da empresa emissora do BPe TA. Por mensagens, entenda-se: o Pedido de Autorização de Uso (Arquivo BPe TA), o Registro de Eventos de BPe e demais arquivos XML que necessitem de assinatura. O certificado digital deverá ter o "uso da chave" previsto para a função de assinatura digital e atributo de "não recusa" obrigatoriamente com o CNPJ no campo otherName OID = 2.16.76.1.3.3, respeitando a Política do Certificado.

b) **Transmissão** (durante a transmissão das mensagens entre o servidor do contribuinte e o Ambiente Autorizador): O certificado digital utilizado para identificação do aplicativo do contribuinte deverá conter o CNPJ do responsável pela transmissão das mensagens, mas não necessita ser o mesmo CNPJ do estabelecimento emissor do BPe TA, devendo ter a extensão Extended Key Usage com permissão de "Autenticação Cliente".

c) **Geração do QR Code do BPe TA:** O certificado digital utilizado para a assinatura do BPe TA deverá ser utilizado para assinar a chave de acesso do BPe TA na geração do QR Code na hipótese de emissão off-line, conforme será descrito em item futuro deste manual.

Padrão da Assinatura Digital

As mensagens enviadas ao Ambiente Autorizador são documentos eletrônicos elaborados no padrão XML e devem ser assinados digitalmente com um certificado digital que contenha o CNPJ do estabelecimento matriz ou o CNPJ do estabelecimento emissor do BPe TA objeto do pedido. Os elementos abaixo estão presentes dentro do Certificado do contribuinte tornando desnecessária a sua representação individualizada no arquivo XML. Portanto, o arquivo XML não deve conter os elementos:

```
<X509SubjectName>
<X509IssuerSerial>
<X509IssuerName>
<X509SerialNumber>
<X509SKI>
```

Deve-se evitar o uso das TAGs relacionadas a seguir, pois as informações serão obtidas a partir do Certificado do emitente:

```
<KeyValue>
<RSAKeyValue>
<Modulus>
<Exponent>
```

O Projeto BPe TA utiliza um subconjunto do padrão de assinatura XML definido pelo http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/, que tem o seguinte leiaute:

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
XS01	Signature	Raiz	-	-	-	-	
XS02	SignedInfo	G	XS01	-	1-1		Grupo da Informação da assinatura
XS03	CanonicalizationMethod	G	XS02	-	1-1		Grupo do Método de Canonicalização

XS04	Algorithm	A	XS03	C	1-1	Atributo Algorithm de CanonicalizationMethod: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315
XS05	SignatureMethod	G	XS02	-	1-1	Grupo do Método de Assinatura
XS06	Algorithm	A	XS05	C	1-1	Atributo Algorithm de SignedMethod: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1
XS07	Reference	G	XS02	-	1-1	Grupo de Reference
XS08	URI	A	XS07	C	1-1	Atributo URI da tag Reference
XS10	Transforms	G	XS07	-	1-1	Grupo do algorithm de Transform
XS11	unique_Transf_Alg	RC	XS10	-	1-1	Regra para o atributo Algorithm do Transform ser único.
XS12	Transform	G	XS10	-	2-2	Grupo de Transform
XS13	Algorithm	A	XS12	C	1-1	Atributos válidos Algorithm do Transform: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315 http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature
XS14	XPath	E	XS12	C	0-N	XPath
XS15	DigestMethod	G	XS07	-	1-1	Grupo do Método de DigestMethod
XS16	Algorithm	A	XS15	C	1-1	Atributo Algorithm de DigestMethod: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1
XS17	DigestValue	E	XS07	C	1-1	Digest Value (Hash SHA-1 – Base64)
XS18	SignatureValue	G	XS01	-	1-1	Grupo do Signature Value
XS19	KeyInfo	G	XS01	-	1-1	Grupo do KeyInfo
XS20	X509Data	G	XS19	-	1-1	Grupo X509
XS21	X509Certificate	E	XS20	C	1-1	Certificado Digital x509 em Base64

A assinatura do Contribuinte no BPe TA será feita na TAG <infBPe> identificada pelo atributo **Id**, cujo conteúdo deverá ser um identificador único (chave de acesso) precedido do literal 'BPe' para a BPe, conforme leiaute descrito no Anexo I. O identificador único precedido do literal '#BPe' deverá ser informado no atributo URI da TAG <Reference>. Para as demais mensagens a serem assinadas, o processo será o mesmo mantendo sempre um identificador único para o atributo **Id** na TAG a ser assinada.

Para o processo de assinatura, o contribuinte não deve fornecer a Lista de Certificados Revogados, já que ela será montada e validada no Ambiente Autorizador no momento da conferência da assinatura digital.

A assinatura digital do documento eletrônico deverá atender aos seguintes padrões adotados:

- **Padrão de assinatura:** "XML Digital Signature", utilizando o formato "Enveloped" (http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/);
- **Certificado digital:** Emitido por AC credenciada no ICP-Brasil (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#X509Data);
- **Cadeia de Certificação:** EndCertOnly (Incluir na assinatura apenas o certificado do usuário final);

- **Tipo do certificado:** A1 ou A3 (o uso de HSM é recomendado);
- **Tamanho da Chave Criptográfica:** Compatível com os certificados A1 e A3 (1024 bits);
- **Função criptográfica assimétrica:** RSA (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1);
- **Função de "message digest"**: SHA-1 (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1);
- **Codificação**: Base64 (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#base64);
- **Transformações exigidas**: Útil para realizar a canonicalização do XML enviado para realizar a validação correta da Assinatura Digital. São elas:
  (1) Enveloped (http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature)
  (2) C14N (http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315)

Validação da Assinatura Digital pelo Ambiente Autorizador

Para a validação da assinatura digital, seguem as regras que serão adotadas pelo Ambiente Autorizador:

(1) Extrair a chave pública do certificado;
(2) Verificar o prazo de validade do certificado utilizado;
(3) Montar e validar a cadeia de confiança dos certificados validando também a LCR (Lista de Certificados Revogados) de cada certificado da cadeia;
(4) Validar o uso da chave utilizada (Assinatura Digital) de tal forma a aceitar certificados somente do tipo A (não serão aceitos certificados do tipo S);
(5) Garantir que o certificado utilizado é de um usuário final e não de uma Autoridade Certificadora;
(6) Adotar as regras definidas pelo RFC 3280 para LCRs e cadeia de confiança;
(7) Validar a integridade de todas as LCR utilizadas pelo sistema;
(8) Prazo de validade de cada LCR utilizada (verificar data inicial e final).

A forma de conferência da LCR pode ser feita de 2 (duas) maneiras: On-line ou Download periódico. As assinaturas digitais das mensagens serão verificadas considerando a lista de certificados revogados disponível no momento da conferência da assinatura.

Resumo dos Padrões Técnicos

Característica	Descrição
Web Services	Padrão definido pelo WS-I Basic Profile 1.1 (http://www.ws-i.org/Profiles/BasicProfile-1.1-2004-08-24.html).
Meio lógico de comunicação	Web Services, disponibilizados pelo AMBIENTE AUTORIZADOR

Meio físico de comunicação	Internet
Protocolo Internet	TLS versão 1.2, com autenticação mútua através de certificados digitais.
Padrão de troca de mensagens	SOAP versão 1.2
Padrão da mensagem	XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal.
Padrão de certificado digital	X.509 versão 3, emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, do tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ do proprietário do certificado digital. Para assinatura de mensagens, utilizar o certificado digital de um dos estabelecimentos da empresa emissora de BPe. Para transmissão, utilizar o certificado digital do responsável pela transmissão.
Padrão de assinatura digital	XML Digital Signature, Enveloped, com certificado digital X.509 versão 3, com chave privada de 1024 bits, com padrões de criptografia assimétrica RSA, algoritmo message digest SHA-1 e utilização das transformações Enveloped e C14N.
Validação de assinatura digital	Será validada além da integridade e autoria, a cadeia de confiança com a validação das LCRs.
Padrões de preenchimento XML	Campos não obrigatórios do Schema que não possuam conteúdo terão suas tags suprimidas no arquivo XML. Máscara de números decimais e datas estão definidas no Schema XML. Nos campos numéricos inteiro, não incluir a vírgula ou ponto decimal. Nos campos numéricos com casas decimais, utilizar o “ponto decimal” na separação da parte inteira.

2.3. Modelo Operacional

As solicitações de serviços do BPe TA seguem o modelo de implementação síncrona processadas imediatamente e o resultado do processamento é obtido em uma única conexão.

A seguir, o fluxo simplificado de funcionamento:

Serviço de Implementação Síncrona

Etapas do processo ideal:

(1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o Web Service;

(2) O Web Service recebe a mensagem de solicitação de serviço e encaminha ao aplicativo do BPe TA que irá processar o serviço solicitado;

(3) O aplicativo do BPe TA recebe a mensagem de solicitação de serviço e realiza o processamento, devolvendo uma mensagem de resultado do processamento ao Web Service;

(4) O Web Service recebe a mensagem de resultado do processamento e o encaminha ao aplicativo do contribuinte;

(5) O aplicativo do contribuinte recebe a mensagem de resultado do processamento e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão.

2.4. Padrão de Mensagens dos Web Services

Área de dados das mensagens

A informação armazenada na área de dados <Body> da mensagem SOAP é um documento que deve atender o leiaute definido na documentação do Web Service acessado.

Para os serviços de recepção, a mensagem deverá ser compactada no padrão GZip, onde o resultado da compactação é convertido para Base64, reduzindo o tamanho da mensagem em aproximadamente 70%, conforme abaixo:

```
<soap12:Body>
<BPeDadosMsg
   xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/bpe/wsdl/BPeRecepcaoTA">string</BPeDadosMsg>
</soap12:Body>
```

Para os demais serviços (Consulta, Recepção Eventos e Status), a mensagem deverá utilizar XML sem compactação:

```
<soap12:Body>
<BPeDadosMsg
   xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/bpe/wsdl/BPeRecepcaoEvento">xml</BPeDadosMsg>
</soap12:Body
```

A área referente ao SOAP Header não deverá ser informada.

Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services

As informações são enviadas ou recebidas dos Web Services através de mensagens no padrão XML definido na documentação de cada Web Service.

As alterações de leiaute e da estrutura de dados XML realizadas nas mensagens são controladas através da atribuição de um número de versão para a mensagem.

Um Schema XML é uma linguagem que define o conteúdo do documento XML, descrevendo os seus elementos e a sua organização, além de estabelecer regras de preenchimento de conteúdo e de obrigatoriedade de cada elemento ou grupo de informação.

A validação da estrutura XML da mensagem é realizada por um analisador sintático (parser) que verifica se a mensagem atende as definições e regras de seu Schema XML.

Qualquer divergência da estrutura XML da mensagem em relação ao seu Schema XML provoca um erro de validação do Schema XML.

A primeira condição para que a mensagem seja validada com sucesso é que ela seja submetida ao Schema XML correto.
Assim, o aplicativo do contribuinte deve estar preparado para gerar as mensagens no leiaute em vigor, devendo ainda informar a versão do leiaute da estrutura XML da mensagem na TAG correspondente em cada mensagem.

```
<BPeTA xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/bpe">
    <infBPe Id="BPe43081808467115000100750010757245731000000010" versao="1.00">
     ….
   </infBPe>
</BPeTA>
```

Schemas XML das Mensagens dos Web Services
Toda mudança de leiaute das mensagens dos Web Services implica na atualização do seu respectivo Schema XML.
A identificação da versão dos Schemas será realizada com o acréscimo do número da versão no nome do arquivo precedida da literal '_v', como segue:
BPeTA_v1.00.xsd (Schema XML do BPe TA, versão 1.00);
tiposGeral_v1.00.xsd (Schema XML dos tipos do BPeTA, versão 1.00).

A maioria dos Schemas XML do BPe TA utilizam as definições de tipos básicos ou tipos complexos que estão definidos em outros Schemas XML (ex.: tiposGeralBPe_v1.00.xsd, etc.), nestes casos, a modificação de versão do Schema básico será repercutida no Schema principal.
Por exemplo, o tipo numérico de 15 posições com 2 decimais é definido no Schema tiposGeralBPe_v1.00.xsd, caso ocorra alguma modificação na definição deste tipo, todos os Schemas que utilizam este tipo básico devem ter a sua versão atualizada e as declarações "import" ou "include" devem ser atualizadas com o nome do Schema básico atualizado.
As modificações de leiaute das mensagens dos Web Services podem ser causadas por necessidades técnicas ou em razão da modificação de alguma legislação. As modificações decorrentes de alteração da legislação deverão ser implementadas nos prazos previstos na norma que introduziu a alteração. As modificações de ordem técnica serão divulgadas pela Coordenação Técnica do ENCAT, CGIBS e Receita Federal e poderão ocorrer sempre que se fizerem necessárias.

2.5. Versão dos Schemas XML

Liberação das versões dos schemas para o BPe TA
Os schemas válidos para a BPe TA serão disponibilizados no sítio nacional do Projeto (dfe-portal.svrs.rs.gov.br/BPe), e serão liberados após autorização da equipe de Gestão do Projeto formada pelos Líderes dos Projetos nos Estados e representante das Empresas.

A cada nova liberação de schema será disponibilizado um arquivo compactado contendo o conjunto de schemas a ser utilizados pelas empresas para a geração dos arquivos XML. Este arquivo será denominado “Pacote de Liberação” e terá a mesma numeração da versão do Manual de Orientações que lhe é compatível. Os pacotes de liberação serão identificados pelas letras “PL_BPe”, seguida do número da versão do Manual de Orientações correspondente. Exemplificando: O pacote PL_BPe_1.00.zip representa o “Pacote de Liberação” de schemas do BPe TA compatíveis com o Manual de Orientações do Contribuinte – versão 1.00.

Os schemas XML das mensagens XML são identificados pelo seu nome, seguido da versão do respectivo schema.

Assim, para o schema XML de “BPe”, corresponderá um arquivo com a extensão “.xsd”, que terá o nome de “BPe*_v9.99.xsd*”, onde v9.99, corresponde a versão do respectivo schema.

Para identificar quais os schemas que sofreram alteração em um determinado pacote liberado, deve-se comparar o número da versão do schema deste pacote com o do pacote anterior.

Correção de Pacote de Liberação

Em alguma situação pode surgir a necessidade de correção de um Schema XML por um erro de implementação de regra de validação, obrigatoriedade de campo, nome de tag divergente do definido no leiaute da mensagem, que não modifica a estrutura do Schema XML e nem exige a alteração dos aplicativos da autorização ou dos contribuintes.

Nesta situação, divulgaremos um novo pacote de liberação com o Schema XML corrigido, sem modificar o número da versão do PL para manter a compatibilidade com o Manual de Orientações do Contribuinte vigente.

A identificação dos pacotes mais recentes se dará com o acréscimo de letras minúscula do alfabeto, como por exemplo: BPe_PL_1.00a.ZIP, indicando que se trata da primeira versão corrigida do BPe_PL_1.00.ZIP.

Divulgação de novos Pacotes de Liberação

A divulgação de novos pacotes de liberação ou atualizações de pacote de liberação será realizada através da publicação de Notas Técnicas no Portal Nacional do BPe TA com as informações necessárias para a implementação dos novos pacotes de liberação.

Controle de Versão

O controle de versão de cada um dos schemas válidos do BPe TA compreende uma definição nacional sobre:

Qual a versão vigente (versão mais atualizada)?

Quais são as versões anteriores ainda suportadas?

Este controle de versão permite a adaptação dos sistemas de informática das empresas participantes do Projeto em diferentes datas. Ou seja, algumas empresas poderão estar com uma versão de leiaute mais atualizada, enquanto outras empresas poderão ainda estar operando com mensagens em um leiaute anterior.

Não estão previstas mudanças frequentes de leiaute de mensagens e as empresas deverão ter um prazo razoável para implementar as mudanças necessárias, conforme acordo operacional a ser estabelecido.
Mensagens recebidas com uma versão de leiaute não suportada serão rejeitadas com uma mensagem de erro específica na versão do leiaute de resposta mais recente em uso.

2.6. Sistema de Registro de Eventos

O Sistema de Registro de Eventos do BPe TA – SRE é o modelo genérico que permite o registro de evento de interesse do BPe TA originado a partir do próprio contribuinte ou da administração tributária.
Um evento é o registro de um fato relacionado com o documento fiscal eletrônico, esse evento pode ou não modificar a situação do documento (por exemplo: cancelamento) ou até mesmo substituí-lo por outro (por exemplo: substituição).
O serviço para registro de eventos será disponibilizado pelo Ambiente Autorizador através de Web Service de processamento síncrono e será propagado para os demais órgãos interessados pelo mecanismo de compartilhamento de documentos fiscais eletrônicos. As mensagens de evento utilizarão o padrão XML já definido para o projeto BPe contendo a assinatura digital do emissor do evento (seja ele contribuinte ou fisco).
O registro do evento requer a existência do BPe TA vinculada no Ambiente Autorizador, contudo alguns tipos de eventos poderão ser registrados sem que exista a BPe na base de dados do autorizador em conformidade com as regras de negócio estabelecidas para este tipo de evento.
O modelo de mensagem do evento deverá ter um conjunto mínimo de informações comuns, a saber:

- Identificação do autor da mensagem;
- Identificação do evento;
- Identificação do BPe TA vinculado;
- Informações específicas do evento;
- Assinatura digital da mensagem;

O Web Service será único com a funcionalidade de tratar eventos de forma genérica para facilitar a criação de novos eventos sem a necessidade de criação de novos serviços e com poucas alterações na aplicação de Registro de Eventos do Ambiente Autorizador.
O leiaute da mensagem de Registro de Evento seguirá o modelo adotado para o documento BPe, contendo uma parte genérica (comum a todos os tipos de evento) e uma parte específica onde será inserido o XML correspondente a cada tipo de evento em uma tag do tipo ***any***.
As regras de validação referentes à parte genérica dos eventos estarão descritas no item 5 deste manual.
As validações específicas de cada tipo de evento estarão descritas no item 6 deste Manual, originando um novo subitem para cada tipo de evento especificado.

O Pacote de Liberação de schemas do BPe TA deverá conter o leiaute da parte genérica do Registro de Eventos e um schema para cada leiaute específico dos eventos definidos neste manual.

Relação dos Tipos de Evento
Os eventos identificados abaixo serão construídos gradativamente pelo ambiente autorizador, assim como novos eventos poderão ser identificados e acrescentados nesta tabela em futuras versões deste MOC.

Tipo de Evento	Descrição Evento	Tipo de Autor do Evento	Tipo de Meio Informação	BPe deve existir?
*** Evento: Empresa Emitente				
110111	Cancelamento	1-Empresa Emitente	1=via WS Evento	Sim
110115	Não embarque	1-Empresa Emitente	1=via WS Evento	Sim
112140	Não Fornecimento	1-Empresa Emitente	1=via WS Evento	Sim
112130	Ajuste de BPe TA	1-Empresa Emitente	1=via WS Evento	Sim
*** Evento: Fisco Emitente				
240140	Autorizado BPe de Substituição	2-Fisco Emitente	1=via WS Evento	Sim
240170	Liberação Prazo Cancelamento	2-Fisco Emitente	1=via WS Evento; 2=via Extranet BPe	Sim
240160	Autorizado BPe Vinculado	2-Fisco Emitente	1=via WS Evento;	Sim

Eventos de Marcação
Serão criados eventos de marcação de BPe para os casos em que um documento referenciar outro. Por exemplo: Autorizado BPe Vinculado.
Esses eventos serão gerados automaticamente pelo Fisco no momento da autorização dos documentos e serão assinados digitalmente com certificado digital da SEFAZ Virtual autorizadora do BPe TA. Os eventos gerados nos BPe TA referenciados deverão constar da consulta pública destes documentos.

2.7. Data e hora de emissão e outros horários

Todos os campos que representam Data e Hora no leiaute das mensagens do BPe TA seguem o formato UTC completo com a informação do TimeZone. Este tipo de representação de dados é tecnicamente adequado para a representação do horário para um País com dimensões continentais como o Brasil.
Serão aceitos os horários de qualquer região do mundo (faixa de horário UTC de -11 a +12) e não apenas as faixas de horário do Brasil.
Exemplo: no formato UTC para os campos de Data-Hora, "TZD" pode ser -02:00 (Fernando de Noronha), -03:00 (Brasília) ou -04:00 (Manaus), no horário de verão serão -01:00, -02:00 e -03:00. Exemplo: "2010-08-19T13:00:15-03:00".

2.8. SEFAZ virtual

Os serviços da SEFAZ VIRTUAL compreendem os Web Services descritos no Modelo Conceitual da Arquitetura de Comunicação, conforme consta no Manual de Orientações do Contribuinte e nesta Nota Técnica.

O credenciamento de contribuintes bem como a autorização de uso dos serviços de uma determinada SEFAZ VIRTUAL é responsabilidade da Administração Tributária de circunscrição daqueles contribuintes.

3. Regras de Validações Gerais do BPe

Os quadros a seguir representam as regras de validação genéricas para os serviços do BPe TA. Os quadros serão relacionados a cada serviço conforme a necessidade, além das regras específicas de cada Web Service.

Grupo A: Validação do Certificado de Transmissão (protocolo TLS)

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Se informado, Basic Constraint deve ser true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.	Rejeição: Certificado Transmissor inválido
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.	Rejeição: Certificado Transmissor Data Validade
A03	Verificar a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.	Rejeição: Certificado Transmissor - erro Cadeia de Certificação
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.	Rejeição: Certificado Transmissor erro no acesso a LCR
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.	Rejeição: Certificado Transmissor revogado
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.	Rejeição: Certificado Transmissor difere ICP-Brasil
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3	Obrig.	282	Rej.	Rejeição: Certificado Transmissor sem CNPJ

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo **TLS** e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam “ICP-Brasil” no repositório de certificados digitais do servidor de *Web Service* da SEFAZ.

Grupo B-0: Validação da Compactação da Mensagem
O sistema do autorizador deverá descompactar mensagem da área de Dados.

Todas as validações serão aplicadas sobre o XML já descompactado

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
B00	Verificar compactação da mensagem da área de dados	Obrig.	244	Rej.	Rejeição: Falha na descompactação da área de dados

Grupo B: Validação Inicial da Mensagem no Web Service

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 1024 Kbytes	Obrig.	214	Rej.	Rejeição: Tamanho da mensagem excedeu o limite estabelecido
B02	XML de Dados Malformado	Obrig.	243	Rej.	Rejeição: XML Malformado
B03	Verificar se o Serviço de processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.	Serviço Paralisado Momentaneamente (curto prazo)
B04	Verificar se o Serviço de processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.	Serviço Paralisado sem Previsão

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (1024 KB) A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 1024 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no *firewall*). No caso de o controle de tamanho ser implementado por aplicativo teremos a devolução da mensagem de erro 214.

O Ambiente Autorizador que mantêm o *Web Service* disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverá implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o *Web Service* não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.

Grupo C: Validação da área de dados da mensagem

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
C01	Verificar Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.	Rejeição: Falha no schema XML
C02	Verificar a existência de qualquer namespace diverso do namespace padrão do projeto (http://www.portalfiscal.inf.br/bpe)	Obrig.	598	Rej.	Rejeição: Usar somente o namespace padrão do BPe
C03	Verificar a existência de caracteres de edição no início ou fim da mensagem ou entre as tags	Obrig.	599	Rej.	Rejeição: Não é permitida a presença de caracteres de edição no início/fim da mensagem ou entre as tags da mensagem
C04	Verificar o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.	Rejeição: Uso de prefixo de namespace não permitido
C05	Verificar se XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.	Rejeição: XML da área de dados com codificação diferente de UTF-8

C06	Verificar se a versão do XML é suportada	Obrig.	239	Rej.	Rejeição: Versão informada para a BPe não suportada

Grupo D: Validações do Certificado de Assinatura Digital

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
D01	Certificado de Assinatura Inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem - Versão difere “3” - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define “Autenticação Cliente”	Obrig.	290	Rej.	Rejeição: Certificado Assinatura inválido
D02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.	Rejeição: Certificado Assinatura Data Validade
D03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.	Rejeição: Certificado Assinatura sem CNPJ
D04	Verificar a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.	Rejeição: Certificado Assinatura - erro Cadeia de Certificação
D05	LCR do Certificado de Assinatura - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - Erro no acesso à LCR	Obrig.	296	Rej.	Rejeição: Certificado Assinatura erro no acesso a LCR
D06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.	Rejeição: Certificado Assinatura revogado
D07	Certificado Raiz difere da “ICP-Brasil”	Obrig.	295	Rej	Rejeição: Certificado Assinatura difere ICP-Brasil

Grupo E: Validações da Assinatura Digital

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
E01	Assinatura difere do padrão do Projeto: - Não assinado o atributo “ID” (falta “Reference URI” na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os “Transform Algorithm” previstos na assinatura (“C14N” e “Enveloped”) Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.	Rejeição: Assinatura difere do padrão do Projeto
E02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.	Rejeição: Assinatura difere do calculado
E03	CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.	Rejeição: CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital

4. Web Services

Os Web Services disponibilizam os serviços que serão utilizados pelos aplicativos dos contribuintes. O mecanismo de utilização dos Web Services segue as seguintes premissas:

a) Será disponibilizado um Web Service por serviço, existindo um método para cada tipo de serviço;

b) O envio da solicitação e a obtenção do retorno serão realizados na mesma conexão através de um único método.

c) As URLs dos Web Services encontram-se no Portal Nacional do BPe (dfe-portal.svrs.rs.gov.br/BPe). Acessando a URL pode ser obtido o WSDL (Web Services Description Language) de cada Web Service.

d) O processo de utilização dos Web Services sempre é iniciado pelo contribuinte enviando uma mensagem nos padrões XML e SOAP, através do protocolo TLS com autenticação mútua.

e) A ocorrência de qualquer erro na validação dos dados recebidos interrompe o processo com a disponibilização de uma mensagem contendo o código e a descrição do erro.

4.1. WebService Síncrono de Recepção BPe TA

O Serviço de Recepção de BPe Transporte Aéreo é o serviço oferecido pelos Portais das Secretarias da Fazenda dos Estados para recepção dos BPe TA emitidos pelos contribuintes credenciados em sua unidade federada.

A forma de processamento do serviço de recepção de BPe TA é síncrona sem a formação de lotes. O contribuinte deve transmitir BPe TA através do Web Service de recepção de BPe TA e receberá o resultado do processamento na mesma conexão.

O BPe Transporte Aéreo será emitido por contribuintes que possuírem credenciamento específico para essa modalidade de BPe identificada pelo modal de transporte aéreo (tag: modal = 2), portanto, não serão necessariamente os mesmos que já emitem o BPe normal.

Função: serviço destinado à recepção de mensagens de envio de BPe Transporte Aéreo.

Processo: síncrono.

Método: bpeRecepcaoTA

Parâmetro da Mensagem da área de dados: Compactada utilizando GZip (Base64)

Leiaute Mensagem de Entrada
Entrada: Estrutura XML com o Bilhete de Passagem Transporte Aéreo está definida no documento último capítulo desta Nota Técnica.
Schema XML: BPeTA_v9.99.xsd

Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com a mensagem do resultado do envio do BPe TA usará o mesmo schema de retorno do BPe Normal
Schema XML: retBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
AR01	retBPe	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
AR02	versao	A	AR01	N	1-1	1-4	Versão do leiaute
AR03	tpAmb	E	AR01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
AR04	cUF	E	AR01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu à solicitação.
AR05	verAplic	E	AR01	C	1-1	1-20	Versão do Aplicativo que recebeu o BPe.
AR06	cStat	E	AR01	N	1-1	4	Código do status da resposta
AR07	xMotivo	E	AR01	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta
AR08	protBPe	G	AR01	-	0-1	-	Resposta ao processamento do BPe

Leiaute de BPe processado

O BPe TA usará o mesmo layout de BPe Processado Normal.

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
PR01	protBPe	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da resposta processamento
PR02	versao	A	PR01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
PR03	infProt	G	PR01	-	1-1	-	Informações do protocolo de resposta
PR04	Id	A	PR03	C	0-1	-	Identificador da TAG a ser assinada, somente precisa ser informado se a UF assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pela SEFAZ preencher o campo com o Nro do Protocolo, precedido com o literal “ID”
PR05	tpAmb	E	PR03	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
PR06	verAplic	E	PR03	C	1-1	1-20	Versão do Aplicativo que recebeu o BPe.
PR07	chBPe	E	PR03	N	1-1	44	Chave de acesso do BPe
PR08	dhRecbto	E	PR03	D	1-1	-	Data e Hora do Processamento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD Preenchido com data e hora da gravação do BPe no Banco de Dados. Em caso de Rejeição, com data e hora do recebimento do Arquivo do BPe enviado.
PR09	nProt	E	PR03	N	0-1	15	Número do protocolo de autorização do BPe
PR10	digVal	E	PR03	C	0-1	28	Digest Value do BPe processado, utilizada para conferir a integridade com o BPe original

PR11	cStat	E	PR03	N	1-1	3	Código do status da resposta para o BPe
PR12	xMotivo	E	PR03	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta para o BPe
PR13	infFisco	G	PR01	-	0-1	-	Grupo reservado para envio de mensagem do Fisco para o contribuinte
PR14	cMsg	E	PR13	N	1-1	3	Código de status da mensagem do fisco
PR15	xMsg	E	PR13	C	1-1	1-255	Mensagem do Fisco para o contribuinte
PR16	Signature	G	PR01	XML	0-1	-	Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID" A decisão de assinar a mensagem fica a critério da UF interessada.

Regras de Validação Básicas do Serviço

Deverão ser aplicadas as validações gerais conforme quadro abaixo:

Grupo	*Descrição*
A	Validação do Certificado de Transmissão (protocolo TLS)
B-0	Validação da Compactação da Mensagem
B	Validação Inicial da Mensagem no *Web Service*
C	Validação da Área de Dados da mensagem
D	Validação do Certificado de Assinatura
E	Validações da Assinatura Digital

Regras de Negócio do BPe TA

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
	Validações Gerais				
F01	Tipo do ambiente do BPe difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento
F02	Código da UF do Emitente difere da UF Autorizadora	Obrig.	226	Rej.	Rejeição: Código da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
F03	Sigla da UF do Emitente difere da UF Autorizadora	Obrig.	247	Rej.	Rejeição: Sigla da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
F04	Código da UF do emitente difere da Sigla da UF do emitente	Obrig,	233	Rej.	Rejeição: Código da UF do emitente difere da Sigla da UF do Emitente
F05	Se forma de emissão do BPe = 1 (Normal): dhCont e xJust não devem ser informados	Obrig.	415	Rej.	Rejeição: Data e Justificativa de entrada em contingência não devem ser informadas para tipo de emissão igual a Normal.
F06	Se forma de emissão do BPe = 2 (Contingência Off-Line): dhCont e xJust devem ser informados	Obrig.	416	Rej.	Rejeição: Data e Justificativa de entrada em contingência devem ser informadas

F07	Se Data de entrada em contingência estiver informada, esta deve ser menor ou igual à data de emissão	Obrig	417	Rej.	Rejeição: Data de entrada em contingência posterior ou igual a data de emissão.
F08	Se forma de emissão do BPe = 2 (Contingência Off-Line): Rejeitar se UF do emitente estiver configurada para não aceitar este tipo de contingência.	Obrig.	418	Rej.	Rejeição: UF do Emitente não permite emissão Off-line
F09	Campo "ID" inválido: - Falta literal "BPe" - Chave de acesso do campo ID difere da concatenação dos campos correspondentes	Obrig.	227	Rej.	Rejeição: Erro na composição do Campo ID
F10	Verificar se Ano da chave de acesso é inferior a 2025	Obrig.	421	Rej.	Rejeição: Ano do BPe informado na chave de acesso inválido
F11	Dígito Verificador inválido da Chave de acesso resultante da concatenação dos campos correspondentes	Obrig.	253	Rej.	Rejeição: Digito Verificador da chave de acesso composta inválido
	Validações da Viagem				
F12	Município de Início da viagem do BPe diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	409	Rej.	Rejeição: Código de Município diverge da UF de início da viagem do BPe
~~**F13**~~	~~Rejeitar se UF de início da viajem for diferente da UF do emitente~~	~~Obrig.~~	~~505~~	~~Rej.~~	~~Rejeição: UF de início da viagem deve ser igual a UF do emitente do BPe~~
F14	Código do Município de início da viagem deve existir (Tabela Municípios do IBGE)	Obrig.	405	Rej.	Rejeição: Município de início da viagem inexistente
F15	Município de fim da viagem do BPe diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	410	Rej.	Rejeição: Código de Município diverge da UF de fim da viagem do BPe
F16	Se UF de fim da viagem for diferente de exterior (tag:ide/UFFim <> “EX”): Código do Município de fim da viagem deve existir (Tabela Municípios do IBGE)	Obrig.	406	Rej.	Rejeição: Município de fim da viagem inexistente
F17	Se UF de fim da viagem for igual a exterior (tag:ide/UFFim = “EX”): - Código do Município de fim da viagem deve ser 9999999	Obrig.	411	Rej.	Rejeição: Código de Município inválido para viagem ao exterior
F18	Se informado CPF do passageiro: - Validar CPF do passageiro (dígito de controle, zeros)	Obrig.	497	Rej.	Rejeição: CPF do passageiro inválido
F19	Se o grupo de informações da viagem (grupo:infViagem) NÃO for múltiplo: - Deve existir apenas uma viagem com tipo de trecho Normal (tag:tpTrecho = 1)	Obrig.	419	Rej.	Rejeição: Viagem sem conexão com trecho inválido

F20	Se o grupo de informações da viagem (grupo:infViagem) for múltiplo: - Deve existir obrigatoriamente uma viagem com tipo de trecho inicial (tag:tpTrecho = 2) e as demais devem ser obrigatoriamente do tipo de trecho conexão (tag:tpTrecho = 3)	Obrig,	420	Rej.	Rejeição: Viagem com conexão com um dos trechos inválidos
F21	Se informado tipo de trecho Conexão (tag:tpTrecho = 3): - A data-hora da conexão deve ser informada no trecho Conexão	Obrig.	484	Rej.	Rejeição: A data-hora da conexão deve ser informada para viagem conexão
F22	Se informado tipo de trecho diferente de Conexão (tag:tpTrecho = 1 ou 2): - A data-hora da conexão NÃO deve ser informada no trecho	Obrig.	485	Rej.	Rejeição: A data-hora da conexão não deve ser informada para viagem normal ou trecho inicial
F23	Se informada data-hora da conexão, esta deve ser maior que a data-hora do embarque	Obrig,	486	Rej.	Rejeição: A data-hora da conexão deve ser maior que a data-hora do embarque
	Validações do Emitente				
F24	Validar CNPJ Emitente (dígito controle, zeros ou nulo)	Obrig.	207	Rej.	Rejeição: CNPJ do emitente inválido
F26	Se IE emitente informada: Validar IE Emitente (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	209	Rej.	Rejeição: IE do emitente inválida
F27	Emitente não credenciado para emissão de BPe Aéreo	Obrig.	203	Rej.	Rejeição: Emissor não habilitado para emissão do BPe
F32	Município do Emitente diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF é compatível com a sigla da UF informada)	Obrig.	407	Rej	Rejeição: Código de Município diverge da UF do Emitente do BPe
F33	Código do Município Emitente inexistente (Tabela Municípios do IBGE)	Obrig.	408	Rej.	Rejeição: Município do Emitente inexistente
	Validações do Comprador				
F34	Se CNPJ Comprador informado: - Validar CNPJ Comprador (dígito de controle, zeros)	Obrig.	422	Rej.	Rejeição: CNPJ do comprador inválido
F35	Se CPF Comprador informado: - Validar CPF Comprador (dígito de controle, zeros)	Obrig.	423	Rej.	Rejeição: CPF do comprador inválido
F36	Se informado Comprador: - Município do Comprador deve pertencer à UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF é compatível com a sigla da UF informada)	Obrig.	424	Rej	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização comprador
F37	Se informado Comprador e endereço do Comprador não for exterior (tag:enderComp/UF <> “EX”) - Código do Município do Comprador deve existir (Tabela Municípios do	Obrig.	425	Rej.	Rejeição: Município do comprador inexistente

	IBGE)				
F38	Se informado Comprador e endereço do Comprador for exterior (tag:enderComp/UF = “EX”) - Código do Município do Comprador deve ser 9999999	Obrig.	426	Rej.	Rejeição: Código de Município inválido para comprador residente no exterior
F39	Se IE Comprador informada: - Validar IE do Comprador (erro no dígito de controle) **Observação**.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. **Ex.**: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	427	Rej.	Rejeição: IE do comprador inválida
	Validações da Agência				
F43	Se informada Agência (grupo:agencia): Validar CNPJ Agência (dígito de controle, zeros) **Observação:** Para agência do exterior aceitar zeros	Obrig.	431	Rej.	Rejeição: CNPJ da Agência inválido
F44	Se informada Agência (grupo:agencia): Município da Agência deve pertencer à UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF é compatível com a sigla da UF informada)	Obrig.	432	Rej	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização da Agência
F45	Se informada Agência (grupo:agencia) e endereço não for exterior (tag:enderAgencia/UF <> “EX”): Código do Município da Agência deve existir (Tabela Municípios do IBGE)	Obrig.	433	Rej.	Rejeição: Município da Agência inexistente
F46	Se informado Agência e endereço da Agência for exterior (tag:enderAgencia/UF = “EX”): Código do Município da Agência deve ser 9999999	Obrig.	503	Rej.	Rejeição: Código do Município inválido para Agência do exterior
	Validações da Data de Emissão				
F47	Data/Hora de Emissão posterior a Data/Hora de Recebimento (o Ambiente Autorizador deve considerar a hora local do emissor para a validação). A SEFAZ deve tolerar uma diferença máxima de 5 minutos quando a data/hora de emissão for maior que a data de recebimento, em função da sincronização de horário de servidores.	Obrig.	212	Rej.	Rejeição: Data/hora de emissão BPe posterior a data/hora de recebimento
F48	Se tipo de emissão for Normal (tag:tpEmis=1): Data-Hora de Emissão com atraso superior a 5 minutos em relação ao horário de recepção na SEFAZ Autorizadora.	Obrig.	228	Rej.	Rejeição: BPe com Data-Hora de Emissão muito atrasada

	Exceção 1: A critério da UF, a rejeição acima pode ser efetuada para qualquer Tipo de Emissão. **Exceção 2**: A critério da UF, pode ser aceito BPe com Data de Emissão muito atrasada, desde que tenha sido emitido em contingência Off-Line (tag:tpEmis=2). O BPe transmitido para a SEFAZ Autorizadora após o prazo de 24 horas deve retornar: cStat=”150- Autorizado Uso do BPe, autorização fora de prazo”. **Observação**: A emissão do BPe deve ocorrer de forma on-line, real-time, com uma tolerância de até 5 minutos, devido ao sincronismo de horário do Servidor da Empresa e o servidor da SEFAZ Autorizadora				
F49	Data-hora do embarque deve ser igual ou superior a data de emissão	Obrig.	254	Rej.	Rejeição: Data-hora do embarque deve ser maior ou igual data de emissão
	Validações do Tipo da Compra				
F50	Se tipo de compra for Normal (tag: tpCompra = 0) ou Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra =2): Os dados do passageiro devem ser informados (grupo: infPassageiro)	Obrig.	441	Rej.	Rejeição: Passageiro deve ser informado para o tipo de compra informado
F51	Se tipo de compra for múltiplo (tag: tpCompra = 1) Os dados do passageiro NÃO devem ser informados (grupo: infPassageiro)	Obrig.	442	Rej.	Rejeição: Dados do passageiro não devem ser informados para BPe Múltiplo
F52	Se tipo de compra for múltiplo (tag: tpCompra = 1): Os dados do comprador DEVEM ser informados (grupo: comp)	Obrig.	443	Rej.	Rejeição: Comprador deve ser informado para BPe Múltiplo
F53	Se tipo de compra for Normal (tag: tpCompra = 0) ou múltiplo (tag: tpCompra = 1): O grupo de informações de Valor do BPe e Impostos devem ser informados (grupos: infValorBPe e imp)	Obrig.	444	Rej.	Rejeição: BPe Normal e Múltiplo exigem informação de valores e destaque de imposto
F54	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): O grupo de informações do BPe Vinculado deve ser informado (grupo: infBPeVinculado)	Obrig.	445	Rej.	Rejeição: BPe vincula a BPe Múltiplo exige a informação da chave de acesso do BPe Múltiplo
F55	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - Validar chave de acesso do BPe Múltiplo. Retornar motivo da rejeição da Chave de Acesso: CNPJ zerado ou inválido, Ano < 2017 ou maior que atual, Mês inválido (0 ou > 12), Modelo diferente de 63, Número zerado, Tipo de emissão inválido, UF inválida ou DV inválido) [Motivo: XXXXXXXXXXXX]	Obrig.	446	Rej.	Rejeição: Chave de acesso do BPe múltiplo inválida
F56	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - O BPe Múltiplo deve existir Acesso BD BPE (Chave: CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro)	Obrig	447	Rej	Rejeição: BPe múltiplo inexistente

F57	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - BPe múltiplo não pode existir com diferença na Chave de Acesso Retornar a chave de acesso já autorizada, o número do protocolo e data de autorização do BPe [chBPe: 99999999999999999999999999999999999999999999999999] [nProt:999999999999999][dhAut: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]	Obrig.	448	Rej.	Rejeição: BPe múltiplo com diferença de Chave de Acesso
F58	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - O BPe múltiplo não pode estar cancelado	Obrig.	471	Rej	Rejeição: BPe múltiplo deve estar na situação Autorizado o Uso
F59	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - O BPe múltiplo não pode estar substituído	Obrig.	472	Rej	Rejeição: BPe múltiplo não pode ter sido substituído anteriormente
F60	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - O BPe múltiplo deve ser do modal aéreo	Obrig	473	Rej	Rejeição: O BPe múltiplo deve ser do modal aéreo
F61	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - CNPJ do emitente do BPe múltiplo deve ser igual ao informado no BPe vinculado a múltiplo	Obrig.	474	Rej.	Rejeição: CNPJ do emitente do BPe múltiplo deve ser igual ao informado no BPe vinculado a BPe múltiplo
F62	Se tipo de compra for Vinculado a BPe Múltiplo (tag: tpCompra = 2): - IE do emitente do BPe múltiplo deve ser igual ao informado no BPe vinculado a BPe múltiplo	Obrig,	476	Rej.	Rejeição: IE do emitente do BPe substituto deve ser igual à informada no BPe substituído
	Validações de Valores				
F63	Verificar se valor total do bilhete (tag:vBP) não ultrapassa limite de R$ 9.999.999,99 OBS: A SEFAZ poderá aumentar o limite para contribuintes que operam com valores acima desse teto.	Obrig.	434	Rej.	Rejeição: Valor total do bilhete superior ao limite permitido (R$ 9.999.999,99)
F64	Verificar se o valor da soma dos componentes do valor do BPe (tag:Comp/vComp) corresponde ao valor total do bilhete de passagem (tag:vBP) ** Considerar uma tolerância de R$ 1,00 para mais ou para menos*	Obrig.	436	Rej.	Rejeição: Valor da soma dos componentes não corresponde ao valor total do bilhete
F65	Se informado o Tipo de Desconto (tag:tpDesconto), a descrição do tipo de desconto deve ser informada (tag:xDesconto)	Obrig.	437	Rej.	Rejeição: Descrição do Tipo do desconto deve ser informada
F66	Se informado o tipo de desconto, o valor do desconto (tag:vDesconto) deve ser maior que zero	Obrig.	401	Rej.	Rejeição: Valor de desconto deve ser informado quando indicado o tipo de benefício
F67	Se informado valor do desconto (tag:vDesconto) maior que zero e/ou informado conteúdo em xDesconto - O campo tpDesconto deverá estar preenchido	Obrig.	500	Rej.	Rejeição: O tipo do desconto deve ser informado
F68	Se NÃO estiver informado campo tpDesconto: - Rejeitar se valor do BPe for igual a zero	Obrig.	501	Rej.	Rejeição: Valor do BPe sem desconto deve ser maior que zero
F69	Validar se o somatório das formas de pagamento (tag:pag/vPag) é diferente do valor pago do BPe (tag:vPgto) + Troco (tag:vTroco)	Obrig.	438	Rej.	Rejeição: BPe com somatório dos pagamentos diferente do total pago

	* Considerar uma tolerância de R$ 1,00 para mais ou para menos **Observação**: a partir de 2027 deverá considerar vIBS e vCBS para consolidar a soma				
F70	Validar se o valor pago pelo BPe (tag:vPgto) corresponde ao valor total do bilhete (tag: vBP) menos o valor do desconto (tag:vDesconto)	Obrig.	403	Rej.	Rejeição: Valor pago difere do Valor Total menos o desconto concedido
F71	Se a forma de pagamento for cartão (tag:tPag=03 ou 04): O grupo de informações do cartão (tag:card) deve ser informado	Obrig.	475	Rej.	Rejeição: Não informados os dados do cartão de crédito/débito nas formas de pagamento
F72	Se informado o tipo de integração como pagamento não integrado com o sistema de automação da empresa (tag: tpIntegra=2) para UF que não aceita esse tipo de integração. **Observação**: Regra de Validação opcional a critério da UF.	Facult.	477	Rej.	Rejeição: Pagamento com cartão de crédito em sistema de automação não integrado
F73	Se informado CNPJ da credenciadora do cartão de crédito/débito (tag:card/CNPJ): - Validar CNPJ da credenciadora (dígito de controle, zeros)	Obrig.	502	Rej.	Rejeição: CNPJ da credenciadora do cartão inválido
F74	Se informado o grupo de Cartão de Crédito / Débito (tag:card): - Se o pagamento com cartão for integrado ao sistema de automação da empresa (tag:tpIntegra=1) devem ser informados os campos de CNPJ da Credenciadora e o código de autenticação da operação (tag:card/CNPJ e card/cAut) **Observação**: Implementação por padrão, opcional a critério da UF	Facult.	478	Rej.	Rejeição: Não informados os dados da operação de pagamento por cartão de crédito / débito
	Validações do IBS / CBS				
F76	Se CST do IBS/CBS for informado, este deve existir na tabela de Código de Situação Tributária (tag: IBSCBS/CST)	Obrig.	311	Rej.	Rejeição: CST informado inexistente
F77	Se cClassTrib for informado, este deve existir na tabela de Classificação Tributária do IBS/CBS (tag: IBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	312	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada inexistente
F78	Verificar se o CST informado é compatível com o cClassTrib	Obrig.	313	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária incompatível com o CST informado
F79	Verificar se o cClassTrib informado (tag: IBSCBS/cClassTrib) possui indicador que não permite ser informado nesse modelo de DFe	Obrig.	388	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária do IBS/CBS não permitida neste modelo de DFe.
F80	Se o CST informado possuir indicador que VEDA preenchimento do grupo de informações específicas do IBS/CBS, este grupo NÂO DEVE estar informado (grupo: gIBSCBS)	Obrig	314	Rej.	Rejeição: Grupo IBS/CBS não deve ser preenchido para o CST informado
F81	Se o CST informado possuir indicador que EXIGE preenchimento do grupo de informações específicas do IBS/CBS, este grupo DEVE estar informado (grupo: gIBSCBS) **Exceção**: Se o CRT informado pelo emitente for 1-Simples Nacional, 2-	Obrig	315	Rej.	Rejeição: Grupo IBS/CBS deve ser preenchido para o CST informado

	Simples Nacional, excesso sublimite de receita bruta ou 4 -MEI, o grupo gIBSCBS NÃO será exigido				
F82	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): A alíquota de IBS da UF (pIBSUF) deverá ser: • 0,1% para documento com data de emissão no ano de 2026. (Art. 343 da LC 214/25) • 0,05% para documento com data de emissão no ano de 2027 e 2028. (Art. 344 da LC 214/25) • Alíquota de referência ou específica da UF a ser publicada para anos posteriores a 2028. **Exceção**: Se o cClassTrib possuir indicador de tributação regular o pIBSUF deve ser igual a zero	Obrig.	316	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS da UF inválida
F83	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de redução de alíquota para o IBS Estadual ou informado grupo de compra governamental, o grupo gRed DEVE estar informado **Exceção:** A regra não se aplica para CST do IBS/CBS (tag: IBSCBS/CST) que possui indicador que não permite a informação do IBS/CBS	Obrig.	366	Rej.	Rejeição: CST informado ou compras governamentais obriga informação de redução de alíquota estadual
F84	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Estadual (gIBSUF/gRed): Verificar se percentual de Redução de Alíquota (pRedAliq) é válido para o cClassTrib informado (gIBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	389	Rej.	Rejeição: Percentual de redução de alíquota da UF não é válido para este cClassTrib
F85	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Estadual (gIBSUF/gRed), a Alíquota Efetiva (tag: pAliqEfet) deve ser o resultado de: Se NÃO houver compra governamental (grupo gCompraGov não informado): pAliqEfet = pIBSUF × (1 - pRedAliq /100). Se houver compra governamental (grupo gCompraGov informado): pAliqEfet = pIBSUF × (1 - pRedAliq /100) × (1 - pRedutor/100). **Observação**: pRedutor é obtido no grupo gCompraGov Exemplo: Redução de 40% na alíquota: Alíquota vigente (A): 10% Redução na alíquota (R): 40% Redutor de compras governamentais (RG): 5%	Obrig.	390	Rej.	Rejeição: Valor da Alíquota Efetiva do IBS da UF calculado incorretamente

	Alíquota Efetiva (E): E = A × (1 – R/100) × (1 – RG/100) = 5,7.				
F86	Se CST informado possuir indicador que VEDA a informação de redução de alíquota para o IBS Estadual, o grupo gRed NÃO DEVE estar informado **Exceção**: Se Percentual de redução de alíquota em compra governamental (tag:gCompraGov/pRedutor) informado, este grupo é exigido e pRed deve ser igual a 0.	Obrig.	367	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de redução de alíquota estadual
F87	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de Diferimento para o IBS Estadual, o grupo gDif DEVE estar informado	Obrig.	319	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento Estadual
F88	Se CST informado possuir indicador que VEDA informação de Diferimento para o IBS Estadual, o grupo gDif NÃO DEVE estar informado	Obrig.	368	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de diferimento Estadual
F89	Se informado grupo do Diferimento (gIBSUF/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante de: vDif = vBC x (pIBSUF/100) x (pDif/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação** 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	320	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento da UF difere do calculado
F90	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): O valor resultante da soma do diferimento (vDif) e Devolução (DevTrib) **QUANDO INFORMADOS, NÃO** pode ser superior a vBC x (pIBSUF/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação** 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	395	Rej.	Rejeição: Valor do IBS UF não pode resultar negativo
F91	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): O valor do IBS (vIBSUF) deverá ser resultante de: vIBSUF = vBC x (pIBSUF/100) – vDif - vDevTrib **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação 2**: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	318	Rej.	Rejeição: Valor do IBS UF difere do calculado
F92	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (gIBSMun): A alíquota de IBS Municipal deverá ser: • 0% para documento com data de emissão no ano de 2026. (Art. 343 da LC 214/25)	Obrig.	321	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS do Município inválida

	• 0,05% para documento com data de emissão no ano de 2027 e 2028. (Art. 344 da LC 214/25) • Alíquota de referência ou específica do Município a ser publicada para anos posteriores a 2028 **Exceção**: Se o cClassTrib possuir indicador de tributação regular o pIBSMun deve ser igual a zero				
F93	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de redução de alíquota para o IBS Municipal ou informado grupo de compra governamental, o grupo gRed DEVE estar informado **Exceção:** A regra não se aplica para CST do IBS/CBS (tag: IBSCBS/CST) que possui indicador que não permite a informação do IBS/CBS	Obrig.	369	Rej.	Rejeição: CST informado ou compras governamentais obriga informação de redução de alíquota municipal
F94	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Municipal (gIBSMun/gRed): Verificar se percentual de Redução de Alíquota (pRedAliq) é válido para o cClassTrib informado (gIBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	391	Rej.	Rejeição: Percentual de redução de alíquota do Município não é válido para este cClassTrib
F95	Se informado grupo de Redução de Alíquota para IBS Municipal (gIBSMun/gRed), a Alíquota Efetiva (tag: pAliqEfet) deve ser o resultado de: Se NÃO houver compra governamental (grupo gCompraGov não informado): pAliqEfet = pIBSMun × (1 - pRedAliq /100). Se houver compra governamental (grupo gCompraGov informado): pAliqEfet = pIBSMun × (1 - pRedAliq /100) × (1 - pRedutor/100). **Observação**: pRedutor é obtido no grupo gCompraGov **Exemplo**: Redução de 40% na alíquota: Alíquota vigente (A): 10% Redução na alíquota (R): 40% Redutor de compras governamentais (RG): 5% Alíquota Efetiva (E): E = A × (1 – R/100) × (1 – RG/100) = 5,7.	Obrig.	392	Rej.	Rejeição: Valor da Alíquota Efetiva do IBS do Município calculado incorretamente
F96	Se CST informado possuir indicador que VEDA a informação de redução de alíquota para o IBS Municipal, o grupo gRed NÃO DEVE estar informado	Obrig.	381	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de redução de alíquota municipal

	Exceção: Se Percentual de redução de alíquota em compra governamental (tag:gCompraGov/pRedutor) informado, este grupo é exigido e pRed deve ser igual a 0.				
F97	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de Diferimento para o IBS Municipal, o grupo gDif DEVE estar informado	Obrig.	324	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento Municipal
F98	Se CST informado possuir indicador que VEDA informação de Diferimento para o IBS Municipal, o grupo gDif NÃO DEVE estar informado	Obrig.	382	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de diferimento Municipal
F99	Se informado grupo do Diferimento (gIBSMun/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante de vDif = vBC x (pIBSMun/100) x (pDif/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação** 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	325	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento do Município difere do calculado
F100	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (gIBSMun): O valor do IBS (vIBSMun) deverá ser resultante de: vIBSMun = vBC x (pIBSMun/100) – vDif - vDevTrib **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação 2**: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	323	Rej.	Rejeição: Valor do IBS Municipal difere do calculado
F101	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (gIBSMun): O valor resultante da soma do diferimento (vDif) e Devolução (DevTrib) **QUANDO INFORMADOS, NÃO** pode ser superior a vBC x (pIBSMun/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação** 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	396	Rej.	Rejeição: Valor do IBS Municipal não pode resultar negativo
F102	Se informados grupos IBS de competência dos Estados (gIBSUF) e Municípios (gIBSMun): O valor do total de IBS (vIBS) deverá ser a soma do vIBSUF e do vIBSMUn vIBS = vIBSUF + vIBSMun	Obrig.	317	Rej.	Rejeição: Total de IBS difere do calculado
F103	Se informado grupo CBS (gCBS): A alíquota de CBS deverá ser: • 0,90 % para documento com data de emissão no ano de 2026.	Obrig.	326	Rej.	Rejeição: Alíquota da CBS inválida

	(Art. 346 da LC 214/25) • Alíquota de referência a ser publicada para anos posteriores a 2026 **Exceção**: Se o cClassTrib possuir indicador de tributação regular o pCBS deve ser igual a zero				
F104	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de redução de alíquota para o CBS ou informado grupo de compra governamental, o grupo gRed DEVE estar informado **Exceção:** A regra não se aplica para CST do IBS/CBS (tag: IBSCBS/CST) que possui indicador que não permite a informação do IBS/CBS	Obrig.	383	Rej.	Rejeição: CST informado ou compras governamentais obriga informação de redução de alíquota do CBS
F105	Se informado grupo de Redução de Alíquota para CBS (gCBS/gRed): Verificar se percentual de Redução de Alíquota (pRedAliq) é válido para o cClassTrib informado (gIBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	393	Rej.	Rejeição: Percentual de redução de alíquota da CBS não é válido para este cClassTrib
F106	Se informado grupo de Redução de Alíquota para CBS (gCBS/gRed), a Alíquota Efetiva (tag: pAliqEfet) deve ser o resultado de: Se NÃO houver compra governamental (grupo gCompraGov não informado): pAliqEfet = pCBS × (1 - pRedAliq /100). Se houver compra governamental (grupo gCompraGov informado): pAliqEfet = pCBS × (1 - pRedAliq /100) × (1 - pRedutor/100). **Observação**: pRedutor é obtido no grupo gCompraGov Exemplo: Redução de 40% na alíquota: Alíquota vigente (A): 10% Redução na alíquota (R): 40% Redutor de compras governamentais (RG): 5% Alíquota Efetiva (E): E = A × (1 – R/100) × (1 – RG/100) = 5,7.	Obrig.	394	Rej.	Rejeição: Valor da Alíquota Efetiva da CBS calculado incorretamente
F107	Se CST informado possuir indicador que VEDA a informação de redução de alíquota para o CBS, o grupo gRed NÃO DEVE estar informado **Exceção**: Se Percentual de redução de alíquota em compra governamental (tag:gCompraGov/pRedutor) informado, este grupo é exigido e pRed deve ser igual a 0.	Obrig.	384	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de redução de alíquota do CBS
F108	Se CST informado possuir indicador que EXIGE informação de Diferimento para o CBS, o grupo gDif DEVE estar informado	Obrig.	328	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento do CBS

F109	Se CST informado possuir indicador que VEDA informação de Diferimento para o CBS, o grupo gDif NÃO DEVE estar informado	Obrig.	385	Rej.	Rejeição: CST informado não permite informação de diferimento do CBS
F110	Se informado grupo do Diferimento (gCBS/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante de: vDif = vBC x (pCBS/100) x (pDif/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação** 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	329	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento do CBS difere do calculado
F111	Se informado grupo CBS (gCBS): O valor resultante da soma do diferimento (vDif) e Devolução (DevTrib) QUANDO INFORMADOS, NÃO pode ser superior a vBC x (pCBS/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação** 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	397	Rej.	Rejeição: Valor do CBS não pode resultar negativo
F112	Se informado grupo CBS (gCBS): O valor da CBS (vCBS) deverá ser resultante de: vCBS = vBC x (pCBS/100) – vDif – vDevTrib **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos **Observação** 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet).	Obrig.	327	Rej.	Rejeição: Valor do CBS difere do calculado
F113	Se cClassTrib informado possuir indicador que EXIGE informação de tributação regular, o grupo gTribRegular DEVE estar informado	Obrig.	330	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada obriga informação da tributação regular
F114	Se cClassTrib informado NÃO POSSUIR indicador de informação de tributação regular, o grupo gTribRegular NÃO DEVE estar informado	Obrig.	322	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária não permite informação da tributação regular
F115	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O CST Regular informado no grupo gTribRegular deve existir na tabela de Código de Situação Tributária (gTribRegular/CSTReg)	Obrig.	331	Rej.	Rejeição: CST informado no grupo de tributação regular inexistente
F116	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O cClassTrib regular for informado, este deve existir na tabela de Classificação Tributária do IBS/CBS (tag: gTribRegular/cClassTribReg)	Obrig.	332	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada no grupo de tributação regular inexistente
F117	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de IBS dos Estados (vTribRegIBSUF) deverá ser resultante de: vTribRegIBSUF = vBC x (pAliqEfetRegIBSUF/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	333	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular da UF difere do calculado
F118	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de IBS dos Municípios (vTribRegIBSMun) deverá	Obrig.	334	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular do Município difere do calculado

	ser resultante de: vTribRegIBSMun = vBC x (pAliqEfetRegIBSMun/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
F119	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de CBS (vTribRegCBS) deverá ser resultante de: vTribRegularCBS = vBC x (pAliqEfetRegCBS/100) **Observação**: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos	Obrig.	335	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular da CBS difere do calculado
F136	Se grupo compra governamental (grupo: gCompraGov) estiver informado, o Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais (grupo: gTribCompraGov) DEVE ser informado. **Exceção:** A regra não se aplica para CST do IBS/CBS (tag: IBSCBS/CST) que possui indicador que não permite a informação do IBS/CBS	Obrig.	398	Rej.	Rejeição: Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais deve ser informado
F137	Se grupo compra governamental (grupo: gCompraGov) NÃO estiver informado, o Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais (grupo: gTribCompraGov) NÃO DEVE ser informado.	Obrig.	399	Rej,	Rejeição: Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais não deve ser informado
F138	Verificar se a soma dos valores de IBS e CBS do grupo gTribCompraGov (vTribIBSUF + vTribIBSMun + vTribCBS) é diferente do resultado de gIBSUF/vIBSUF + gIBSMun/vIBSMun + gCBS/vCBS.	Obrig.	400	Rej.	Rejeição: Somas dos valores de IBS e CBS em compras governamentais divergente
F138a	Se o cClassTrib informado possuir indicador que **VEDA** preenchimento do grupo de informações do estorno de crédito (grupo:gEstornoCred)	Obrig	303	Rej.	Rejeição: Grupo Estorno de Crédito não deve ser preenchido para o cClassTrib informado
F138b	Se o cClassTrib informado possuir indicador que **EXIGE** preenchimento do grupo de informações do estorno de crédito (grupo:gEstornoCred)	Obrig	304	Rej.	Rejeição: Grupo Estorno de Crédito deve ser preenchido para o cClassTrib informado
	Validações de Compras Governamentais				
F139	Se informado o grupo de informações de compra governamental (grupo:ide\gCompraGov) e tipo do Ente (gCompraGov\tpEntGov) diferente de 5 e 6, o DFe de compra governamental deve ter alíquota de outros entes igual a zero. De 2027 até 2032 Para compra da união (tag: tpEnteGov = 1): • Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. • Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra estadual (tag: tpEnteGov = 2): • Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra do DF (tag: tpEnteGov = 3) • Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra municipal (tag: tpEnte = 4) • Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero.	Obrig.	347	Rej.	Rejeição: DFe de compra governamental e alíquota dos outros entes diferentes de zero.

	A partir de 2033: Para compra da união (tag: tpEnteGov = 1): • Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. • Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra estadual (tag: tpEnteGov = 2): • Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. • Alíquota do CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero. Para compra do DF (tag: tpEnteGov = 3) • Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. • Alíquota do CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero. Para compra municipal (tag: tpEnte = 4) • Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. • Alíquota do CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero. **Observação**: Conforme Art. 473, § 1o e seus Incisos I, II, III e IV da LC 214/2025.				
F139a	Se o tipo da operação com ente governamental for igual a Fornecimento com pagamento posterior (tpOperGov=1) A chave de acesso do DFe anterior (refDFeAnt) NÃO DEVE ser informada	Obrig	1004	Rej	Rejeição: Chave de acesso referenciada não deve ser informada para tipo de operação de Fornecimento em compras governamentais
F139b	Se o tipo da operação com ente governamental for igual a Recebimento do pagamento com fornecimento já realizado (tpOperGov=2) Deve ser informada UMA chave de acesso de DFe referenciado Observação: Se forem informadas múltiplas chaves de acesso ou nenhuma chave causará essa rejeição	Obrig	1005	Rej	Rejeição: Deverá ser informada uma chave de acesso de DFe referenciado para tipo de operação de Recebimento do pagamento com fornecimento realizado em compras governamentais
F139c	Se o tipo da operação com ente governamental for igual a Fornecimento com pagamento já realizado (tpOperGov=3) Uma ou mais chaves de acesso de DFe anteriores (refDFeAnt) DEVEM ser informadas	Obrig	1006	Rej	Rejeição: Pelo menos uma Chave de acesso de DFe referenciado deve ser informada para tipo de operação fornecimento com pagamento já realizado em compras governamentais
F139d	Se o tipo da operação com ente governamental for igual a Recebimento do pagamento com fornecimento posterior (tpOperGov=4) A chave de acesso do DFe anterior (refDFeAnt) NÃO DEVE ser informada	Obrig	1007	Rej	Rejeição: Chave de acesso referenciada não deve ser informada para tipo de operação recebimento do pagamento com fornecimento posterior em compras governamentais
F139e	Se informado documento anterior no grupo de compras governamentais (gCompraGov/refDFeAnt), para cada chave informada: - Validar chave de acesso do DFe referenciado. Retornar motivo da rejeição da Chave de Acesso: CNPJ zerado ou inválido, Ano, Mês inválido (0 ou > 12), Modelo de DFe diferente, Número zerado, Tipo de emissão inválido, UF inválida ou DV inválido) [Motivo: XXXXXXXXXXXX]	Obrig.	1008	Rej.	Rejeição: Chave de acesso referenciada em compras governamentais inválida

F139f	Se informado documento anterior no grupo de compras governamentais (gCompraGov/refDFeAnt): - O DFe referenciado deve existir, acesso BD (Chave: CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro)	Obrig	1009	Rej	Rejeição: DFe referenciado em compras governamentais inexistente
F139g	Se informado documento anterior no grupo de compras governamentais (gCompraGov/refDFeAnt), para cada chave informada: - DFe referenciado não pode existir com diferença na Chave de Acesso Retornar a chave de acesso já autorizada, o número do protocolo e data de autorização do DFe [chDFe: 99999999999999999999999999999999999999999999] [nProt:999999999999999][dhAut: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]	Obrig.	1010	Rej.	Rejeição: DFe referenciado em compras governamentais com diferença de Chave de Acesso
F139h	Se informado documento anterior no grupo de compras governamentais (gCompraGov/refDFeAnt), para cada chave informada: - O DFe referenciado deve estar em situação Autorizado o Uso Observação: Rejeitar se documento estiver cancelado ou substituído na base de dados do ambiente de autorização	Obrig.	1011	Rej	Rejeição: DFe referenciado em compras governamentais em situação inválida
F139i	Se informado documento anterior no grupo de compras governamentais (gCompraGov/refDFeAnt), para cada chave informada: - O emitente do DFe referenciado deve ter o mesmo CNPJ Base do emitente do documento fiscal **Exceção**: os casos de alteração do CNPJ da empresa por motivo de aquisição, fusão, incorporação deve ser tratados no ambiente de autorização	Obrig.	1012	Rej	Rejeição: DFe referenciado em compras governamentais deve possuir mesmo CNPJ base do emitente do documento
F139j	Se informado documento anterior no grupo de compras governamentais (gCompraGov/refDFeAnt) e tipo de operação for Recebimento do pagamento com fornecimento já realizado; (tpOperGov = 2), para cada chave informada: - O DFe referenciado deve ser de compras governamentais e possuir o tipo de operação Fornecimento com pagamento posterior (tpOperGov = 1)	Obrig.	1013	Rej.	Rejeição: DFe referenciado em compras governamentais deve ser de Fornecimento com pagamento posterior
F139k	Se informado documento anterior no grupo de compras governamentais (gCompraGov/refDFeAnt) e tipo de operação for de Fornecimento com pagamento já realizado (tpOperGov = 3), para cada chave informada: - O DFe referenciado deve ser de compras governamentais e possuir o tipo de operação Recebimento do pagamento com fornecimento posterior (tpOperGov = 4)	Obrig.	1014	Rej.	Rejeição: DFe referenciado em compras governamentais deve ser de operação de Recebimento do pagamento com fornecimento posterior
	Validações do total do DFe				
F140	O total geral do DFe deverá ser INFORMADO com a soma do total do BPe + IBS + CBS: vTotDFe = infValorBPe/vBP + gIBSCBS/vIBS + gCBS/vCBS **Exceção:** Em 2026 não somar IBS e CBS, usar a fórmula: vTotDFe = infValorBPe/vBP	Obrig.	365	Rej.	Rejeição: Total do DFe inválido

Validações da Substituição					
F141	Se o Tipo do BPe = 3 (Substituição): - O grupo de informações da substituição (grupo: infBPeSub) deve ser informado	Obrig.	439	Rej.	Rejeição: Grupo BPe de Substituição deve ser informado para o BPe de Substituição
F142	Se o Tipo do BPe = 0 (Normal): - O grupo de informações da substituição (grupo: infBPeSub) NÃO deve ser informado	Obrig.	440	Rej.	Rejeição: Grupo BPe de Substituição não deve informado para o BPe Normal
F143	Se tipo do BPe = 3 (Substituição): - Validar chave de acesso do BPe substituído. Retornar motivo da rejeição da Chave de Acesso: CNPJ zerado ou inválido, Ano < 2017 ou maior que atual, Mês inválido (0 ou > 12), Modelo diferente de 63, Número zerado, Tipo de emissão inválido, UF inválida ou DV inválido) [Motivo: XXXXXXXXXXXX]	Obrig.	508	Rej.	Rejeição: Chave de acesso do BPe substituído inválida
F144	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - O BPe substituído deve existir Acesso BD BPE (Chave: CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro)	Obrig	449	Rej	Rejeição: BPe a ser substituído inexistente
F145	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - BPe substituído não pode existir com diferença na Chave de Acesso Retornar a chave de acesso já autorizada, o número do protocolo e data de autorização do BPe [chBPe: 99999999999999999999999999999999999999999999] [nProt:999999999999999][dhAut: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]	Obrig.	450	Rej.	Rejeição: BPe substituído com diferença de Chave de Acesso
F146	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - O BPe substituído não pode estar cancelado	Obrig.	451	Rej	Rejeição: BPe a ser substituído deve estar na situação Autorizado o Uso
F147	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - O BPe substituído não pode estar substituído	Obrig.	452	Rej	Rejeição: BPe a ser substituído não pode ter sido substituído anteriormente
F148	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - O BPe substituído deve ser do modal aéreo	Obrig	469	Rej	Rejeição: O BPe substituído deve ser do modal aéreo
F149	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição) e data-hora do embarque do BPe substituído for menor ou igual a data-hora do ambiente autorizador: Acesso BD Eventos BPe (Chave: Chave de Acesso do BPe substituído): - O BPe substituído deve possuir evento de não embarque associado	Obrig.	453	Rej	Rejeição: BPe a ser substituído com data/hora de embarque anterior a data-hora atual sem evento de Não Embarque associado
F150	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - CNPJ do emitente do BPe substituto deve ser igual ao informado no BPe substituído	Obrig.	454	Rej.	Rejeição: CNPJ do emitente do BPe substituto deve ser igual ao informado no BPe substituído
F151	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - IE do emitente do BPe substituto deve ser igual ao informado no BPe substituído	Obrig,	455	Rej.	Rejeição: IE do emitente do BPe substituto deve ser igual à informada no BPe substituído

F152	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - O CNPJ/CPF do comprador do BPe substituto deve ser igual ao informado no BPe substituído **Observação**: Rejeitar caso não exista identificação do comprador no BPe original e informado no substituto (ou vice-versa)	Obrig.	456	Rej.	Rejeição: CNPJ/CPF do comprador do BPe substituto deve ser igual ao informado no BPe substituído
F154	Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - UF e Município de início e fim da viagem devem ser iguais aos informados no BPe substituído	Obrig.	458	Rej.	Rejeição: UF e Município de início e fim da viagem do BPe substituto devem ser iguais aos informados no BPe substituído
	Validações de Banco de Dados				
F155	Acessar BD BPe (Chave: CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar Duplicidade de BPe com diferença na Chave de Acesso (Campo de Código Numérico difere) Retornar a chave de acesso já autorizada, o número do protocolo e data de autorização [chBPe: 99999999999999999999999999999999999999999999999] [nProt:999999999999999][dhAut: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]	Obrig	539	Rej.	Rejeição: Duplicidade de BPe, com diferença na Chave de Acesso
F156	Acessar BD BPe (Chave: CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): Verificar Duplicidade de BPe Retornar Protocolo e data de autorização. [nProt:999999999999999][dhAut: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]. **Observação**: Esta validação leva em consideração o ambiente de autorização do DFe	Obrig.	204	Rej.	Rejeição: Duplicidade de BPe
F157	Verificar se BPe está cancelado Retornar Protocolo e data de autorização do evento de cancelamento. [nProt:999999999999999][dhCanc: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]	Obrig.	218	Rej.	Rejeição: BPe já está cancelado na base de dados da SEFAZ
F158	Verificar se BPe está substituído: Retornar Protocolo e data de autorização do evento de substituição. [nProt:999999999999999][dhSubst: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]	Obrig.	224	Rej.	Rejeição: BPe já está substituído na base de dados da SEFAZ.
	Validações de Autorizados ao XML				
F159	Se informada autorização download XML com CNPJ: CNPJ com zeros ou dígito inválido	Obrig.	466	Rej.	Rejeição: CNPJ autorizado para download inválido
F160	Se informada autorização download do XML com CPF: CPF com zeros, nulo, números repetidos (111, 222, etc.), ou dígito de controle inválido.	Obrig.	467	Rej.	Rejeição: CPF autorizado para download inválido
F161	Se informada autorização download XML: - Verificar se existe duplicidade de CPF/CNPJ informado no grupo autXML	Obrig.	412	Rej	Rejeição: Documento autorizado ao XML duplicado no BPe

Validações do QR Code					
F162	Endereço do site da UF para a Consulta via QR Code difere do previsto. Nota: O uso diferenciado de maiúsculas ou minúsculas não deve ser considerado na validação. **Observação**: Para consultar as URLs por UF utilizadas no QR Code, acesse: https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/BPE/Servicos	Obrig.	479	Rej.	Rejeição: Endereço do site da UF da Consulta via QR Code diverge do previsto
F163	Parâmetro Chave de Acesso no QR Code diverge da Chave de Acesso do BPe	Obrig.	481	Rej.	Rejeição: Parâmetro do QR Code divergente do BPe
F164	Se tipo de emissão for igual a Contingência Off-line: O parâmetro sign deve informado no QR-Code	Obrig.	482	Rej.	Rejeição: Parâmetro sign não informado no QR Code para emissão em contingência
F165	Se tipo de emissão for igual a Normal: O parâmetro sign não deve ser informado no QR-Code	Obrig.	488	Rej.	Rejeição: Parâmetro sign não deve ser informado no QR Code para emissão Normal
F166	Se tipo de emissão for igual a Contingência Off-line: Valor da assinatura (sign) do QR-Code difere do valor calculado	Obrig.	496	Rej.	Rejeição: Assinatura do QR-Code difere do calculado
Validações do Responsável Técnico					
F167	Se informado grupo do responsável técnico (grupo: infRespTec): - Validar CNPJ (dígito controle, zeros ou nulo).	Facul.	510	Rej.	Rejeição: CNPJ do responsável técnico inválido (zerado ou dígito inválido)

Final do Processamento do BPe TA

A validação do BPe TA poderá resultar em:

- **Rejeição** – o BPe TA será descartado, não sendo armazenado no Banco de Dados podendo ser corrigido e novamente transmitido;
- **Autorização de uso** – o BPe TA será armazenado no Banco de Dados;

Ou seja:

Validação		Consequência	
De forma do BPe TA	Situação do BPe TA	Para o contribuinte	Banco de Dados
Inválida	Rejeição	Corrigir BPe TA	Não gravar
Válida	Autorização de uso	Autorizado	Gravar

Para cada BPe TA será atribuído um número de protocolo do Ambiente Autorizador.

4.2. Serviço de Consulta Situação do BPe

Função: serviço destinado ao atendimento de solicitações de consulta da situação atual do BPe na Base de Dados do Ambiente Autorizador.

Processo: síncrono.

Método: bpeConsultaBP

Parâmetro da Mensagem da área de dados: XML sem compactação

Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML contendo a chave de acesso do BPe.
Schema XML: consSitBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
BP01	**consSitBPe**	**Raiz**	**-**	**-**	**-**	**-**	**TAG raiz**
BP02	versao	A	BP01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
BP03	tpAmb	E	BP01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
BP04	xServ	E	BP01	C	1-1	9	Serviço solicitado: 'CONSULTAR'
BP05	chBPe	E	BP01	N	1-1	44	Chave de acesso do BPe

Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com o resultado da consulta situação.
Schema XML: retConsSitBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
BR01	retConsSitBPe	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
BR02	versao	A	BR01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
BR03	tpAmb	E	BR01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
BR04	verAplic	E	BR01	C	1-1	1-20	Versão do Aplicativo que processou a consulta
BR05	cStat	E	BR01	N	1-1	4	Código do status da resposta
BR06	xMotivo	E	BR01	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta
BR07	cUF	E	BR01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu à solicitação
BR08	protBPe	G	BR01	XML	0-1	-	Protocolo de autorização de uso do BPe
BR09	procEventoBPe	G	BR01	XML	0-N	-	Informações dos eventos e respectivo protocolo de registro de evento.

Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à consulta do status do serviço do Ambiente Autorizador.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service do Ambiente Autorizador. Ao receber a solicitação a aplicação do Ambiente Autorizador processará a solicitação de consulta, e retornará mensagem contendo o status do serviço.

A empresa que construir aplicativo que se mantenha em permanente "loop" de consulta a este Web Service, deverá aguardar um tempo mínimo de 3 minutos entre uma consulta e outra, evitando sobrecarga desnecessária dos servidores do Ambiente Autorizador.

Regras de Validação Básicas do Serviço

Deverão ser aplicadas as validações gerais conforme quadro abaixo:

Grupo	*Descrição*
A	Validação do Certificado de Transmissão (protocolo TLS)
B	Validação Inicial da Mensagem no *Web Service*
C	Validação da Área de Dados da mensagem

Validação das Regras de Negócio da Consulta Situação

#	Regra de Validação	Aplic	cStat.	Efeito	Mensagem
G01	Tipo do ambiente informado difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento
G02	UF da chave de acesso difere da UF do Web Service	Obrig.	226	Rej.	Rejeição: Código da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
G03	Verificar se o ano – mês da chave de acesso está com atraso superior a 6 meses em relação ao ano – mês atual	Obrig	413	Rej.	Rejeição: Consulta a uma Chave de Acesso muito antiga
G04	- Validar chave de acesso Retornar motivo da rejeição da Chave de Acesso: CNPJ zerado ou inválido, Ano < 2017 ou maior que atual, Mês inválido (0 ou > 12), Modelo diferente de 63, Número zerado, Tipo de emissão inválido, Site de Autorização inválido, UF inválida ou DV inválido) [Motivo: XXXXXXXXXXXX]	Obrig.	236	Rej.	Rejeição: Chave de Acesso inválida [Motivo: XXXXXXXXX]
G05	Acesso BD BPe (Chave: CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar se BPe não existe	Obrig.	217	Rej.	Rejeição: BPe não consta na base de dados da SEFAZ
G06	Verificar se campo “Código Numérico” informado na Chave de Acesso é diferente do existente no BD	Obrig.	216	Rej.	Rejeição: Chave de Acesso difere da cadastrada

G07	Chave de Acesso difere da existente em BD (opcionalmente a descrição do erro, campo xMotivo, tem concatenada a Chave de Acesso, quando o autor da consulta for o emissor)	Obrig.	600	Rej.	Rejeição: Chave de Acesso difere da existente em BD

Final do Processamento

No processamento do pedido de consulta de status de BP-e pode resultar em uma mensagem de erro, caso o BP-e não seja localizado. Ou, caso localizado, retornar a situação atual do BP-e consultado, retornando o cStat com um dos valores, 100 ("Autorizado o Uso do BP-e"), 101 ("Cancelamento de BP-e homologado"), 102 ("Substituição do BP-e homologada"), 150 ("Autorizado o Uso do BP-e, autorização fora de prazo") e o respectivo protocolo de autorização de uso e registro de eventos.

4.3. Serviço de Consulta Status do Serviço de Autorização

Função: serviço destinado à consulta do status do serviço prestado pelo Ambiente Autorizador.

Processo: síncrono.

Método: bpeStatusServicoBP

Parâmetro da Mensagem da área de dados: XML sem compactação

Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML para a consulta do status do serviço.
Schema XML: consStatServBPe_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
CP01	**consStatServBPe**	**Raiz**	**-**	**-**	**-**	**-**	**TAG raiz**
CP02	versao	A	CP01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
CP03	tpAmb	E	CP01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
CP04	xServ	E	CP01	C	1-1	6	Serviço solicitado: 'STATUS'

Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com o resultado da consulta status serviço.
Schema XML: retConsStatServBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
CR01	retConsStatServBPe	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
CR02	versao	A	CR01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
CR03	tpAmb	E	CR01	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
CR04	verAplic	E	CR01	C	1-1	1-20	Versão do Aplicativo que processou a consulta
CR05	cStat	E	CR01	N	1-1	4	Código do status da resposta
CR06	xMotivo	E	CR01	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta
CR07	cUF	E	CR01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu à solicitação

CR08	dhRecbto	E	CR01	D	1-1	-	Data e hora de recebimento do pedido Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD
CR09	tMed	E	CR01	N	0-1	1-4	Tempo médio de resposta do serviço (em segundos) dos últimos 5 minutos
CR10	dhRetorno	E	CR01	D	0-1	-	Preencher com data e hora previstas para o retorno do Web Service, no formato AAA-MM-DDTHH:MM:SS
CR11	xObs	E	CR01	C	0-1	1-255	Informações adicionais ao contribuinte

Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à consulta do status do serviço do Ambiente Autorizador.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service do Ambiente Autorizador. Ao receber a solicitação a aplicação do Ambiente Autorizador processará a solicitação de consulta, e retornará mensagem contendo o status do serviço.

A empresa que construir aplicativo que se mantenha em permanente "loop" de consulta a este Web Service, deverá aguardar um tempo mínimo de 3 minutos entre uma consulta e outra, evitando sobrecarga desnecessária dos servidores do Ambiente Autorizador.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem:

Regras de Validação Básicas do Serviço

Deverão ser aplicadas as validações gerais conforme quadro abaixo:

Grupo	***Descrição***
A	Validação do Certificado de Transmissão (protocolo TLS)
B	Validação Inicial da Mensagem no *Web Service*
C	Validação da Área de Dados da mensagem

Validação das Regras de Negócio da Consulta Status Serviço

#	Regra de Validação	Aplic	cStat.	Efeito	Mensagem
J01	Tipo do ambiente informado difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de

					recebimento
J02	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	-	Serviço Paralisado Momentaneamente (curto prazo)
J03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	-	Serviço Paralisado sem Previsão

Final do Processamento

O processamento do pedido de consulta de status de Serviço pode resultar em uma mensagem de erro ou retornar a situação atual do Servidor de Processamento, códigos de situação 107 (“Serviço em Operação”), 108 (“Serviço Paralisado Momentaneamente”) e 109 (“Serviço Paralisado sem Previsão”).

5. Sistema de Registro de Eventos (Parte Geral)

Função: serviço destinado à recepção de mensagem de evento de BPe.

Processo: síncrono.

Método: bpeRecepcaoEvento

Parâmetro da Mensagem da área de dados: XML sem compactação

Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML contendo a consulta do status do serviço
Schema XML: eventoBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
DP01	eventoBPe	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz
DP02	versao	A	FP01	N	1-1	2v2	Versão do leiaute
DP03	infEvento	G	FP01	-	1-1		Grupo de informações do registro de eventos
DP04	Id	ID	FP03	C	1-1	54	Identificador da TAG a ser assinada, a regra de formação do Id é: "ID" + tpEvento+ chave do BPe + nSeqEvento
DP05	cOrgao	E	FP03	N	1-1	2	Código do órgão de recepção do Evento. Utilizar a Tabela do IBGE estendida
DP06	tpAmb	E	FP03	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção 2 – Homologação
DP07	CNPJ	E	FP03	C	1-1	14	Informar o CNPJ do autor do Evento
DP08	chBPe	E	FP03	N	1-1	44	Chave de Acesso do BPe vinculado ao Evento
DP09	dhEvento	E	FP03	D	1-1	-	Data e Hora do Evento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD.
DP10	tpEvento	E	FP03	N	1-1	6	Tipo do Evento (ver tabela de tipos de evento)
DP11	nSeqEvento	E	FP03	N	1-1	1-2	Sequencial do evento para o mesmo tipo de evento. Para maioria dos eventos será 1, nos casos em que possa existir mais de um evento o autor do evento deve numerar de forma sequencial.
DP12	detEvento	G	FP03	-	1-1	-	Informações do evento específico.
DP13	versaoEvento	A	FP12	N	1-1	2v2	Versão do leiaute específico do evento.
DP14	any	E	FP12	XML	1-1	-	XML do evento: Insira neste local o XML específico do tipo de evento (cancelamento, não embarque)
DP15	Signature	G	FP01	XML	1-1	-	Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "Id"

Leiaute Mensagem de Retorno
Retorno: Estrutura XML com o resultado do pedido de evento.
Schema XML: retEventoBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
DR01	retEventoBPe	Raiz	-	-	-	-	TAG raiz do Resultado do Envio do Evento
DR02	versao	A	DR01	N	1-1	1-4	Versão do leiaute
DR03	infEvento	G	DR01		1-1		Grupo de informações do registro do Evento
DR04	Id	ID	DR03	C	0-1	17	Identificador da TAG a ser assinada, somente deve ser informado se o órgão de registro assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pelo órgão de registro, preencher com o número do protocolo, precedido pela literal “ID”
DR05	tpAmb	E	DR03	N	1-1	1	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
DR06	verAplic	E	DR03	C	1-1	1-20	Versão da aplicação que registrou o Evento, utilizar literal que permita a identificação do órgão, como a sigla da UF ou do órgão.
DR07	cOrgao	E	DR03	N	1-1	2	Código da UF que registrou o Evento.
DR08	cStat	E	DR03	N	1-1	4	Código do status da resposta
DR09	xMotivo	E	DR03	C	1-1	1-255	Descrição do status da resposta
Os campos a seguir são obrigatórios no caso de homologação do evento cStat=135, 134 ou cStat=136. Os campos de dhRegEvento e nProt não serão preenchidos em caso de erro							
DR10	chBPe	E	DR03	N	0-1	44	Chave de Acesso do BPe vinculado ao evento
DR11	tpEvento	E	DR03	N	0-1	6	Código do Tipo do Evento
DR12	xEvento	E	DR03	C	0-1	5-60	Descrição do Evento
DR13	nSeqEvento	E	DR03	N	0-1	1-2	Sequencial do evento para o mesmo tipo de evento. Para maioria dos eventos será 1, nos casos em que possa existir mais de um evento o autor do evento deve numerar de forma sequencial.
DR14	dhRegEvento	E	DR03	D	0-1		Data e Hora do Evento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD
DR15	nProt	E	DR15	N	0-1	15	Número do protocolo de registro do evento
DR16	Signature	G	DR01	XML	0-1		Assinatura Digital do documento XML, a assinatura deverá ser aplicada no elemento infEvento. A decisão de assinar a mensagem fica a critério do Ambiente Autorizador

Descrição do Processo de Web Service

Este método é responsável por receber as solicitações referentes ao registro de eventos de BPe. Ao receber a solicitação do transmissor, a aplicação do Ambiente Autorizador realiza o processamento da solicitação e devolve o resultado do processamento para o aplicativo dele.

Regras de Validação Básicas do Serviço

Deverão ser aplicadas as validações gerais conforme quadro abaixo:

Grupo	*Descrição*
A	Validação do Certificado de Transmissão (protocolo TLS)
B	Validação Inicial da Mensagem no *Web Service*
C	Validação da Área de Dados da mensagem
D	Validação do Certificado de Assinatura
E	Validações da Assinatura Digital

Validação das Regras de Negócio do Serviço de Registro de Eventos

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
I01	Tipo do ambiente difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento
I02	Verificar se o código do órgão de recepção do Evento diverge do solicitado	Obrig.	226	Rej.	Rejeição: Código da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
I04	Validar CNPJ do autor do evento (DV ou zeros)	Obrig.	627	Rej.	Rejeição: CNPJ do autor do evento inválido
I05	Validar se atributo Id corresponde à concatenação dos campos evento (“ID” + tpEvento + chBPe + nSeqEvento)	Obrig.	628	Rej.	Rejeição: Erro Atributo ID do evento não corresponde à concatenação dos campos (“ID” + tpEvento + chBPe + nSeqEvento)
I06	Verificar se o tpEvento é válido	Obrig.	629	Rej.	Rejeição: O tpEvento informado inválido
I07	Verificar Schema da parte específica do Evento OBS: Utilizar o tpEvento + o atributo versaoEvento para identificar qual schema deve ser validado.	Obrig.	630	Rej.	Rejeição: Falha no Schema XML específico para o evento
I08	- Validar chave de acesso Retornar motivo da rejeição da Chave de Acesso: CNPJ zerado ou inválido, Ano < 2017 ou maior que atual, Mês inválido (0 ou > 12), Modelo diferente de 63, Número zerado, Tipo de emissão inválido, UF inválida ou DV inválido) [Motivo: XXXXXXXXXXX]	Obrig.	236	Rej.	Rejeição: Chave de Acesso inválida [Motivo: XXXXXXXXX]

I16	Verificar duplicidade do evento (cOrgao + tpEvento + chBPe + nSeqEvento)	Obrig.	631	Rej.	Rejeição: Duplicidade de evento [nProt:999999999999999][dhRegEvento: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD]
I17	Se evento do emissor verificar se CNPJ do Autor diferente do CNPJ da chave de acesso do BPe	Obrig.	632	Rej.	Rejeição: O autor do evento diverge do emissor do BPe
I18	Se evento do Fisco/RFB/Outros órgãos, verificar se CNPJ do Autor consta da tabela de órgãos autorizados a gerar evento.	Obrig.	633	Rej.	Rejeição: O autor do evento não é um órgão autorizado a gerar o evento
I19	Se evento exige BPe: Acesso BD BPe (Chave: CNPJ Emit, Modelo, Série, Nº): - Verificar se BPe não existe	Obrig.	217	Rej.	Rejeição: BPe não consta na base de dados da SEFAZ
I20	Se existir o BPe: (Independente do evento exigir) Verificar se a Chave de Acesso difere da existente em BD (opcionalmente a descrição do erro, campo xMotivo, tem concatenada a Chave de Acesso)	Obrig.	600	Rej.	Rejeição: Chave de Acesso difere da existente em BD
I20a	Se o BPe for do tipo = 4 (Transporte Metropolitano) não deve aceitar eventos dos tipos: Não Embarque, Substituição e Excesso de Bagagem, Fornecimento não realizado e Ajuste de BPe TA.	Obrig.	703	Rej.	Rejeição: Tipo de evento inválido para BPe TM
I20b	Se o modal do BP-e for do tipo = 2 (Transporte Aéreo) não deve aceitar eventos dos tipos: Excesso de Bagagem e Alteração de Poltrona.	Obrig,	708	Rej.	Rejeição: Tipo de evento inválido para BPe TA
I20c	Se o modal do BP-e for DIFERENTE de 2 (Transporte Aéreo) não deve aceitar eventos dos tipos: Fornecimento não realizado e Ajuste de BPe TA	Obrig,	709	Rej.	Rejeição: Tipo de evento inválido para BPe e BPe TM
I21	Data do evento não pode ser menor que a data de emissão do BPe, se existir. A SEFAZ deve tolerar uma diferença máxima de 5 minutos em função da sincronização de horário de servidores.	Obrig.	634	Rej.	Rejeição: A data do evento não pode ser menor que a data de emissão do BPe
I22	Data do evento não pode ser menor que a data de autorização do BPe, se existir A SEFAZ deve tolerar uma diferença máxima de 5 minutos em função da sincronização de horário de servidores.	Obrig.	637	Rej.	Rejeição: A data do evento não pode ser menor que a data de autorização do BPe
I23	Data do evento não pode ser maior que a data de processamento. (O Ambiente Autorizador deve considerar a hora local do emissor para a validação). A SEFAZ deve tolerar uma diferença máxima de 5 minutos em função da sincronização de horário de servidores.	Obrig.	635	Rej.	Rejeição: A data do evento não pode ser maior que a data do processamento

Processamento das validações específicas de cada evento
Serão definidas no item 6 desta Nota Técnica correspondentes a cada evento.

Final do Processamento do Evento
O processamento do evento pode resultar em:

- **Rejeição** – o Evento será descartado, com retorno do código do status do motivo da rejeição;
- **Recebido pelo Sistema de Registro de Eventos, com vinculação do evento no respetivo BPe**, o Evento será armazenado no repositório do Sistema de Registro de Eventos com a vinculação do Evento no respectivo BPe (cStat=135);
- **Recebido pelo Sistema de Registro de Eventos – vinculação do evento ao respectivo BPe prejudicado** – o Evento será armazenado no repositório do Sistema de Registro de Eventos, a vinculação do evento ao respectivo BPe fica prejudicada face a inexistência do BPe no momento do recebimento do Evento (cStat=136);
- **Recebido pelo Sistema de Registro de Eventos, com vinculação do evento no respectiva BPe com situação diferente de Autorizado**, o Evento será armazenado no repositório do Sistema de Registro de Eventos com a vinculação do Evento no respectivo BPe **retornando um alerta com a situação de BPe (cStat=134)**;

O Ambiente Autorizador deverá compartilhar os eventos autorizados no Sistema de Registro de Eventos com os órgãos interessados.

6. Sistema de Registro de Eventos (Parte Específica)

6.1. Evento de Cancelamento

Função: evento destinado ao atendimento de solicitações de cancelamento de BPe.

Autor do Evento: O autor do evento é o emissor do BPe TA. A mensagem XML do evento será assinada com o certificado digital que tenha o CNPJ base do Emissor do BPe TA.

Código do Tipo de Evento: 110111
Schema XML: evCancBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
EP01	evCancBPe	G	-	-	-	-	TAG raiz
EP02	descEvento	E	EP01	C	1-1	12	Descrição do Evento: 'Cancelamento'
EP03	nProt	E	EP01	N	1-1	15	Informar o número do protocolo de autorização do BPe TA a ser cancelado
EP04	xJust	E	EP01	C	1-1	1-255	Informar a justificativa do cancelamento

Validação das Regras Específicas do Evento

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
J01	Verificar se o nSeqEvento é maior que o valor permitido (=1)	Obrig.	636	Rej.	Rejeição: O número sequencial do evento é maior que o permitido
J02	Emitente deve estar habilitado na base de dados para emissão do BPe	Obrig.	203	Rej.	Rejeição: Emissor não habilitado para emissão do BPe
J03	Verificar se BPe já está cancelado.	Obrig.	218	Rej.	Rejeição: BPe já está cancelado na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhCanc: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].
J04	Verificar se BPe já está substituído	Obrig.	224	Rej.	Rejeição: BPe já está substituído na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhSubst: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].
J05	Vedar cancelamento se data/hora de autorização do evento for superior à data/hora do embarque. **Observação**: Na comparação dos horários acima, aceitar uma tolerância de 5 minutos, devido ao sincronismo de horário entre	Obrig.	220	Rej.	Rejeição: Vedado cancelamento de BPe com data/hora de embarque maior que data/hora atual

	servidor da Empresa e o servidor da SEFAZ Autorizadora **Exceção:** Em caso de BPe emitido em contingência deve ser tolerado um prazo de 24 horas após a data do embarque				
J06	Verificar se o número do Protocolo informado difere do número do Protocolo do BPe	Obrig.	222	Rej.	Rejeição: Protocolo de Autorização de Uso difere do cadastrado
J07	Verificar se existe evento de Não Embarque associado ao BPe	Obrig.	504	Rej.	Rejeição: Cancelamento não permitido, BPe possui evento de não embarque
J07a	Se tipo do BP-e = 4 (Transporte Metropolitano): Verificar BP-e TM autorizado há mais de 168 horas (7 dias) **Observação**: Exceto se existir evento de Manifestação do Fisco do tipo "Liberação do Prazo de Cancelamento"	Obrig.	704	Rej.	Rejeição: Vedado cancelamento de BPe com data/hora maior que 168 horas da autorização

O Fisco poderá liberar o cancelamento fora de prazo através do evento de Manifestação do Fisco do tipo "Liberação do Prazo de Cancelamento"

Final do Processamento

Se o evento de cancelamento for homologado, a situação do BPe para efeito de consulta situação passará para "101 – Cancelamento homologado"

6.2. Evento de Não Embarque

Função: evento destinado ao atendimento de solicitações de comunicação do não embarque do BPe.

Autor do Evento: O autor do evento é o emissor do BPe TA. A mensagem do evento será assinada com o certificado digital que tenha o CNPJ base do Emissor do BPe TA.

Código do Tipo de Evento: 110115

Schema XML: evNaoEmbBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
EP01	evNaoEmbBPe	G	-	-	-	-	TAG raiz
EP02	descEvento	E	EP01	C	1-1	12	Descrição do Evento: 'Não Embarque'
EP03	nProt	E	EP01	N	1-1	15	Informar o número do protocolo de autorização do BPe TA a receber o evento
EP04	xJust	E	EP01	C	1-1	1-255	Informar a justificativa do não embarque

Validação das Regras Específicas do Evento

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
J01	Verificar se o nSeqEvento é maior que o valor permitido (=1)	Obrig.	636	Rej.	Rejeição: O número sequencial do evento é maior que o permitido
J02	Emitente deve estar habilitado na base de dados para emissão do BPe	Obrig.	203	Rej.	Rejeição: Emissor não habilitado para emissão do BPe
J03	Verificar se BPe já está cancelado.	Obrig.	218	Rej.	Rejeição: BPe já está cancelado na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhCanc: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].
J04	Verificar se o BPe está substituído	Obrig.	224	Rej.	Rejeição: BPe já está substituído na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhSubst: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].
J05	Verificar se data-hora do evento não ultrapassa 24 horas da data-hora de embarque informada no BPe.	Obrig,	221	Rej.	Rejeição: Prazo para geração do evento de não embarque superior ao limite tolerado em relação a data-hora do embarque
J06	Verificar se a data-hora de embarque do BPe é anterior à data de processamento do evento	Obrig.	234	Rej.	Rejeição: Evento de não embarque deve ser posterior a data-hora do embarque
J07	Verificar se o número Protocolo informado difere do número Protocolo do BPe	Obrig.	222	Rej.	Rejeição: Protocolo de Autorização de Uso difere do cadastrado

Final do Processamento
Se o evento de não embarque for homologado o status de retorno deverá ser cStat=135

6.3. Evento de Fornecimento não realizado com pagamento antecipado

Função: Permitir ao fornecedor informar que um pagamento antecipado não teve o respectivo fornecimento realizado

Autor do Evento: O autor do evento é o emissor do BPe TA. A mensagem do evento será assinada com o certificado digital que tenha o CNPJ base do Emissor do BPe TA.

Código do Tipo de Evento: 112140

Schema XML: evFornecNaoRealizBPe_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
EP01	evFornNaoRealizBPe	G	-	-	-	-	TAG raiz
EP02	descEvento	E	EP01	C	1-1	12	Descrição do Evento: 'Fornecimento Não Realizado'
EP03	nProt	E	EP01	N	1-1	15	Informar o número do protocolo de autorização do BPe TA a receber o evento
EP04	vIBS	E	EP01	N	1-1	13v2	Valor do IBS correspondente ao serviço que não foi fornecido
EP05	vCBS	E	EP01	N	1-1	13v2	Valor da CBS correspondente ao serviço que não foi fornecido

Validação das Regras Específicas do Evento

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
J01	Verificar se o nSeqEvento é maior que o valor permitido (=1)	Obrig.	636	Rej.	Rejeição: O número sequencial do evento é maior que o permitido
J02	Emitente deve estar habilitado na base de dados para emissão do BPe	Obrig.	203	Rej.	Rejeição: Emissor não habilitado para emissão do BPe
J03	Verificar se BPe já está cancelado.	Obrig.	218	Rej.	Rejeição: BPe já está cancelado na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhCanc: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].
J04	Verificar se o BPe está substituído	Obrig.	224	Rej.	Rejeição: BPe já está substituído na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhSubst: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].
J05	Verificar se o número Protocolo informado difere do número Protocolo do BPe	Obrig.	222	Rej.	Rejeição: Protocolo de Autorização de Uso difere do cadastrado

Final do Processamento

Se o evento de fornecimento não realizado for homologado o status de retorno deverá ser cStat=135

6.4. Evento de Ajuste do BPe TA – PENDENTE DE ESPECICAÇÂO

Função: evento destinado alterações de valores referentes a crédito ou débitos adicionais do BPè TA

Autor do Evento: O autor do evento é o emissor do BPe TA. A mensagem do evento será assinada com o certificado digital que tenha o CNPJ base do Emissor do BPe TA.

Código do Tipo de Evento: 112130

Schema XML: evAjusteBPeTA_v9.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
EP01	evAjusteBPeTA	G	-	-	-	-	TAG raiz
EP02	descEvento	E	EP01	C	1-1	12	Descrição do Evento: 'Ajuste de BPe TA'
EP03	nProt	E	EP01	N	1-1	15	Informar o número do protocolo de autorização do BPeTA a receber o evento
EP04	-- definir campos						

Validação das Regras Específicas do Evento

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
J01	Verificar se o nSeqEvento é maior que o valor permitido (=1)	Obrig.	636	Rej.	Rejeição: O número sequencial do evento é maior que o permitido
J02	Emitente deve estar habilitado na base de dados para emissão do BPe	Obrig.	203	Rej.	Rejeição: Emissor não habilitado para emissão do BPe
J03	Verificar se BPe já está cancelado.	Obrig.	218	Rej.	Rejeição: BPe já está cancelado na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhCanc: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].
J04	Verificar se o BPe está substituído	Obrig.	224	Rej.	Rejeição: BPe já está substituído na base de dados da SEFAZ. [nProt:999999999999999][dhSubst: AAAA-MM-DDTHH:MM:SS TZD].

Final do Processamento
Se o evento de não embarque for homologado o status de retorno deverá ser cStat=135

7. Alterações no Serviço de Recepção de BPe e BPeTM

Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
Se Tipo do BPe = 3 (Substituição): - O BPe substituído NÃO PODE ser do modal = 2 (Transporte Aéreo)	Obrig.	470	Rej.	Rejeição: O BPe substituído não pode ser do modal aéreo

8. Informações Adicionais

8.1. Código de Classificação Tributária do IBS/CBS

O grupo de informações do IBS e CBS associado ao documento fiscal contém o Código de Situação Tributária (CST) e Código de Classificação Tributária (cClassTrib) do IBS e CBS.

A publicação da tabela contendo esta codificação está disponível no Portal Nacional da NF-e (www.nfe.fazenda.gov.br), na aba “Documentos”, opção “Diversos” e no portal dos Documentos Fiscais Eletrônicos (dfe-portal.svrs.rs.gov.br).

Cada código “cClassTrib” corresponde a um dispositivo específico da Lei Complementar nº 214/2025, tornando objetiva a informação prestada pelo contribuinte quanto à forma como interpreta a tributação do IBS e da CBS para cada DFe.

A tabela também contém indicadores que vinculam de forma dinâmica códigos “CST-IBS/CBS” e “cClassTrib” com as Regras de Validação descritas nesta NT, ou que contêm informações necessárias para a preparação das apurações assistidas do IBS e da CBS, em atendimento ao disposto na Legislação vigente.

Vale ressaltar que a tabela poderá sofrer alterações em virtude de aperfeiçoamentos, novidades introduzidas em sede de Regulamento, ou para atender a necessidades relacionadas à apuração assistida do IBS e da CBS.

8.2. Cálculo do dígito verificador do CNPJ Alfanumérico

O CNPJ alfanumérico é composto por doze caracteres alfanuméricos e dois dígitos verificadores numéricos.
Os dígitos verificadores (DV) são calculados a partir dos doze primeiros caracteres em duas etapas, utilizando o módulo de divisão 11 e pesos distribuídos de 2 a 9.

Cálculo do primeiro dígito verificador

Para cada um dos caracteres do CNPJ, atribuir o valor da coluna “Valor para cálculo do DV”, conforme a tabela abaixo (ou subtrair 48 do “Valor ASCII”):

Tabela Resumo		
CNPJ Alfanumérico (números e letras)	Valor ASCII	Valor para cálculo do DV
0	48	0
1	49	1
2	50	2
3	51	3
4	52	4
5	53	5
6	54	6
7	55	7
8	56	8
9	57	9
A	65	17
B	66	18
C	67	19
D	68	20
E	69	21
F	70	22
G	71	23
H	72	24
I	73	25
J	74	26
K	75	27
L	76	28
M	77	29
N	78	30
O	79	31
P	80	32
Q	81	33
R	82	34
S	83	35
T	84	36
U	85	37
V	86	38
W	87	39
X	88	40
Y	89	41
Z	90	42

Exemplo:

CNPJ	1	2	A	B	C	3	4	5	0	1	D	E
Valor	1	2	17	18	19	3	4	5	0	1	20	21

Distribuir os pesos de 2 a 9 da direita para a esquerda (recomeçando depois do oitavo caracter), conforme o exemplo:

CNPJ	1	2	A	B	C	3	4	5	0	1	D	E
Valor	1	2	17	18	19	3	4	5	0	1	20	21
Peso	**5**	**4**	**3**	**2**	**9**	**8**	**7**	**6**	**5**	**4**	**3**	**2**

Multiplicar valor e peso de cada coluna e somar todos os resultados:

CNPJ	1	2	A	B	C	3	4	5	0	1	D	E
Valor	1	2	17	18	19	3	4	5	0	1	20	21
Peso	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2
Multiplicação	**5**	**8**	**51**	**36**	**171**	**24**	**28**	**30**	**0**	**4**	**60**	**42**

Somatório (5+8+...+42) = 459

Obter o resto da divisão do somatório por 11.
Se o resto da divisão for igual a 1 ou 0, o primeiro dígito será igual a 0 (zero).
Senão, o primeiro dígito será igual ao resultado de 11 – resto.
No exemplo:
Resto da divisão 459/11 = 8.

⇨ 1º DV = 3 (resultado de 11-8)

Cálculo do segundo dígito verificador

Para o cálculo do segundo dígito é necessário acrescentar o primeiro DV ao final do CNPJ, formando assim treze caracteres, e repetir os passos realizados para o primeiro dígito. Assim, no exemplo, temos:

CNPJ	1	2	A	B	C	3	4	5	0	1	D	E	3
Atribuição de Valor	1	2	17	18	19	3	4	5	0	1	20	21	3
Atribuição de Peso	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2
Multiplicação	6	10	68	54	38	27	32	35	0	5	80	63	6

Somatório (6+10+...+6) = 424

Resto da divisão 424/11 = 6

⇨ **2º DV = 5** (resultado de 11-6)

⇨ **Resultado final: 12.ABC.345/01DE-35**

Cálculo do dígito verificador da chave de acesso do BPe TA

O dígito verificador da chave de acesso do BPe TA é baseado em um cálculo do módulo 11. O módulo 11 de um número é calculado multiplicando-se cada algarismo pela sequência de multiplicadores 2,3,4,5,6,7,8,9,2,3, ... posicionados da direita para a esquerda.

A somatória dos resultados das ponderações dos algarismos é dividida por 11 e o DV (dígito verificador) será a diferença entre o divisor (11) e o resto da divisão:

DV = 11 - (resto da divisão)

Quando o resto da divisão for 0 (zero) ou 1 (um), o DV deverá ser igual a 0 (zero).

Exemplo: consideremos que a chave de acesso tem a seguinte sequência de caracteres:

A	CHAVE DE ACESSO	5	2	0	6	0	4	3	3	0	0	9	9	1	1	0	0	2	5	0	6	5	5
B	PESOS	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7
C	PONDERAÇÃO (A*B)	20	6	0	54	0	28	18	15	0	0	18	81	8	7	0	0	8	15	0	54	40	35

A	CHAVE DE ACESSO	0	1	2	0	0	0	0	0	0	7	8	0	0	2	6	7	3	0	1	6	1
B	PESOS	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2
C	PONDERAÇÃO (A*B)	0	5	8	0	0	0	0	0	0	35	32	0	0	18	48	49	18	0	4	18	2

Somatória das ponderações = 644

Dividindo a somatória das ponderações por 11 teremos, 644 /11 = 58 restando 6.

Como o dígito verificador DV = 11 - (resto da divisão), portando 11 - 6 = 5

Neste caso o DV da chave de acesso do BPe TA é igual a "**5**", valor este que deverá compor a chave de acesso totalizando a uma sequência de 44 caracteres.

IMPORTANTE: O cálculo do DV da chave de acesso deverá aplicar a mesma lógica da validação do CNPJ Alfanumérico, trocando todos os caracteres (44) que compõe a chave (números e letras) pelos números correspondentes da tabela ASCII **subtraindo 48**.

Posteriormente à substituição, deverá ser aplicado o cálculo do Modulo 11 para a totalidade dos dígitos resultantes da chave de acesso.

8.3. Número do protocolo

O número do protocolo é gerado pelo Ambiente Autorizador para identificar univocamente as transações realizadas de autorização de uso e registro de eventos do BPe TA.

A regra de formação do número do protocolo é:

9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Tipo de Autorizador	Código da UF		Ano		Sequencial de 10 posições										

- 1 posição com o Tipo de Autorizador (3 = SEFAZ Virtual RS, 2 = Site Alternativo de Autorização do Ambiente Nacional);
- 2 posições para o código da UF do IBGE;
- 2 posições para o ano;
- 10 posições numéricas sequenciais no ano.

A geração do número de protocolo deverá ser única, sendo utilizada por todos os *Web Services* que precisam atribuir um número de protocolo para o resultado do processamento.

Juntamente ao protocolo, no DABPE aparecerá a data (DD/MM/AAAA) e hora (hh:mm:ss).

O protocolo iniciado em 2 ocorrerá somente quando o ambiente de autorização possuir um site alternativo para situações de contingência e seguirá numeração sequencial própria enquanto estiver em utilização de forma transparente para a empresa emitente.

O projeto utiliza a codificação da UF definida pelo IBGE:

Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste
11-Rondônia 12-Acre 13-Amazonas 14-Roraima 15-Pará 16-Amapá 17-Tocantins	21-Maranhão 22-Piauí 23-Ceará 24-Rio Grande do Norte 25-Paraíba 26-Pernambuco 27-Alagoas 28-Sergipe 29-Bahia	31-Minas Gerais 32-Espírito Santo 33-Rio de Janeiro 35-São Paulo	41-Paraná 42-Santa Catarina 43-Rio Grande do Sul	50-Mato Grosso do Sul 51-Mato Grosso 52-Goiás 53-Distrito Federal

9. Leiaute do BPe TA

#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
0	**BPeTA**	**Raíz**	**Tag raiz do BPe TA**							**Raíz do XML do BPe Transporte Aéreo**
1	**infBPe**	**0**	**Informações do BPe Aéreo**	**G**		**1 - 1**				
2	versao	1	Versão do leiaute	A	C	1 - 1			ER52	Ex: "1.00"
3	Id	1	Identificador da tag a ser assinada	A	C	1 - 1	47		ER45	Informar a chave de acesso do BPe e precedida do literal "BPe"
4	**ide**	**1**	**Identificação do BPe**	**G**		**1 - 1**				
5	cUF	2	Código da UF do emitente do BPe	E	N	1 - 1	2	D1		Código da UF do emitente do Documento Fiscal. Utilizar a Tabela do IBGE de código de unidades da federação.
6	tpAmb	2	Tipo do Ambiente	E	N	1 - 1	1	D7		1 - Produção 2 - Homologação
7	mod	2	Modelo do Bilhete de Passagem	E	N	1 - 1	2	D4		Utilizar o código 63 para identificação do BPe
8	serie	2	Série do documento fiscal	E	N	1 - 1	1 - 3		ER31	Informar a série do documento fiscal (informar zero se inexistente).
9	nBP	2	Número do bilhete de passagem	E	N	1 - 1	1 - 9		ER30	Número que identifica o bilhete 1 a 999999999.
10	cBP	2	Código numérico que compõe a Chave de Acesso.	E	N	1 - 1	8		ER40	Código aleatório gerado pelo emitente, com o objetivo de evitar acessos indevidos ao documento.
11	cDV	2	Digito verificador da chave de acesso	E	N	1 - 1	1		ER41	Informar o dígito de controle da chave de acesso do BPe, que deve ser calculado com a aplicação do algoritmo módulo 11 (base 2,9) da chave de acesso.
12	modal	2	Modalidade de transporte	E	N	1 - 1	1	D9		2 - Aéreo
13	dhEmi	2	Data e hora de emissão do Bilhete de Passagem	E	D	1 - 1	21		ER1	Formato AAAA-MM-DDTHH:MM:DD TZD
14	tpEmis	2	Forma de emissão do Bilhete (Normal ou Contingência Off-Line)	E	N	1 - 1	1	D7		1 - Normal 2 - Contingência Off-Line
15	verProc	2	Versão do processo de emissão	E	C	1 - 1	1 - 20		ER34	Informar a versão do aplicativo emissor de BPe.
16	tpBPe	2	Tipo do BPe	E	N	1 - 1	1	D27		0 - BPe normal 3 - BPe substituição
17	tpCompra	2	Tipo de compra do BPe Aéreo	E	N	1 - 1	1	D28		0 - Normal 1 - BPe múltiplo (fretamento) 2 - Vinculado a BPe múltiplo

18	indPres	2	Indicador de presença do comprador no estabelecimento comercial no momento da operação	E	N	1 - 1	1	D31		1=Operação presencial não embarcado; 2=Operação não presencial, pela Internet; 3=Operação não presencial, Teleatendimento; 4=BPe em operação com entrega a domicílio; 5=Operação presencial embarcada; 9=Operação não presencial, outros.
19	UFIni	2	Sigla da UF Início da Viagem	E	N	1 - 1	2	D6		Utilizar a Tabela do IBGE de código de unidades da federação
20	cMunIni	2	Código do município do início da viagem	E	N	1 - 1	7		ER2	
21	UFFim	2	Sigla da UF do Fim da Viagem	E	N	1 - 1	2	D5		Utilizar a Tabela do IBGE de código de unidades da federação. Informar 'EX' para operações com o exterior.
22	cMunFim	2	Código do município do fim da viagem	E	N	1 - 1	7		ER2	
#	--- x ---	2	Sequência XML	-	-	0 - 1				As tags dhCont e xJust são filhas dessa sequência opcional, se informar uma delas, deverá informar as outra, mas o conjunto é opcional e exigido apenas quando emissão em contingência
24	dhCont	2	Data e Hora da entrada em contingência	ES	D	1 - 1	21		ER1	Informar a data e hora no formato AAAA-MM-DDTHH:MM:SS
25	xJust	2	Justificativa da entrada em contingência	ES	C	1 - 1	15 - 256		ER34	
26	nroBPIATA	2	Informação do número do bilhete de passagem conforme definido pela IATA	E	C	0 - 1	1 - 20		ER34	Número que identifica o bilhete 1 a 999999999.
27	gCompraGov	2	Grupo de Compras Governamentais	G	-	0 - 1				
27 a	tpEnteGov	3	Para administração pública direta e suas autarquias e fundações	E	N	1 - 1	1	D8		1=União 2=Estados 3=Distrito Federal 4=Municípios 5=Consórcio Público 6=Comitê Gestor do IBS
27 b	pRedutor	3	Percentual de redução de alíquota em compra governamental	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
27 c	tpOperGov	3	Tipo da operação com ente governamental:	E	N	1 - 1	1	D7		1 – Fornecimento com pagamento posterior; 2 - Recebimento do pagamento com fornecimento já realizado; 3 – Fornecimento com pagamento já realizado; 4 – Recebimento do pagamento com fornecimento posterior;

27d	refDFeAnt	3	Documento fiscal referenciado anterior	E	C	0-n	44		ER3	Chave de acesso do documento fiscal anterior. Deverá ser informado para tpOperGov 2 e 3 e vedado para os tipos 1 e 4 Obs: a chave de acesso deverá ser de um emitente com o mesmo CNPJ base
28	**emit**	**1**	**Identificação do Emitente do BPe**	**G**		**1 - 1**				
29	CNPJ	2	CNPJ do emitente	E	C	1 - 1	2		ER7	Informar zeros não significativos
31	IE	2	Inscrição Estadual do emitente	E	N	0 - 1	2 - 14		ER29	
32	xNome	2	Razão social ou Nome do emitente	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	
33	xFant	2	Nome fantasia do emitente	E	C	0 - 1	1 - 60		ER34	
34	CRT	2	Código de Regime Tributário.	E	N	1 - 1	1	D10		Este campo será obrigatoriamente preenchido com: 1 – Simples Nacional; 2 – Simples Nacional – excesso de sublimite de receita bruta; 3 – Regime Normal.
35	enderEmit	2	Endereço do emitente	G		1 - 1				
36	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	
37	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER34	
38	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER34	
39	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	
40	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE)	E	N	1 - 1	7		ER2	
41	xMun	3	Nome do município	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	
42	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER40	Informar zeros não significativos
43	UF	3	Sigla da UF	E	C	1 - 1	2	D6		
44	fone	3	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER43	
45	email	3	Endereço de E-mail	E	C	0 - 1	1 - 60		ER54	
46	**comp**	**1**	**Identificação do Comprador do BPe** **Informar quando diferente do passageiro**	**G**		**0 - 1**				
47	xNome	2	Razão social ou Nome do comprador	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	
#	--- x ---	2	Choice XML	-	-	1 - 1				Esta é uma escolha XML, que sinaliza que APENAS uma das tags CNPJ, CPF ou idEstrangeiro deve ser informado
48	CNPJ	2	Número do CNPJ	CE	C	1 - 1	2		ER8	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.
49	CPF	2	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER9	Informar os zeros não significativos.

50	idEstrangeiro	2	Identificador do comprador em caso de comprador estrangeiro	CE	C	1 - 1			ER42	
51	IE	2	Inscrição Estadual	E	N	0 - 1	0 - 14		ER28	Informar a IE do comprador ou ISENTO se comprador é contribuinte do ICMS isento de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS. Caso o remetente não seja contribuinte do ICMS não informar a tag.
52	enderComp	2	Endereço do comprador	G		1 - 1				
53	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER34	
54	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER34	
55	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER34	
56	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER34	
57	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER2	
58	xMun	3	Nome do município, informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER34	
59	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER40	Informar os zeros não significativos
60	UF	3	Sigla da UF, informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D5		
61	cPais	3	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER33	Utilizar a tabela do BACEN
62	xPais	3	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER34	
63	fone	3	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER43	
64	email	3	Endereço de E-mail	E	C	0 - 1	1 - 60		ER54	
65	**agencia**	**1**	**Identificação da agência/preposto/terceiro que comercializou o BPe**	**G**		**0 - 1**				
66	xNome	2	Razão social ou Nome da Agência	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	
67	CNPJ	2	Número do CNPJ	E	C	1 - 1	2		ER8	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.
68	enderAgencia	2	Endereço da agência	G		1 - 1				
69	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER34	
70	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER34	
71	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER34	
72	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER34	

73	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER2	
74	xMun	3	Nome do município, informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER34	
75	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER40	Informar os zeros não significativos
76	UF	3	Sigla da UF, informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D5		
77	cPais	3	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER33	Utilizar a tabela do BACEN
78	xPais	3	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER34	
79	fone	3	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER43	
80	email	3	Endereço de E-mail	E	C	0 - 1	1 - 60		ER54	
81	**infBPeSub**	**1**	**Informações dos BPe de Substituição para remarcação e/ou transferência**	**G**		**0 - 1**				
82	chBPe	2	Chave do Bilhete de Passagem Substituído	E	C	1 - 1	44		ER3	Informar os zeros não significativos.
83	tpSub	2	Tipo de Substituição	E	N	1 - 1	1	D32		1 - Remarcação 2 - Transferência 3 - Transferência e Remarcação 4 – Erro de Tarifa 5 – Erro de Tributação 6 – Decisão judicial 7 – Erro Cadastral 9 - Outros
84	**infPassagem**	**1**	**Informações do detalhamento da Passagem**	**G**		**1 - 1**				
85	dhEmb	2	Data e hora de embarque	E	D	1 - 1	21		ER1	Formato AAAA-MM-DDTHH:MM:DD TZD
86	dhValidade	2	Data e hora de validade do bilhete	E	D	1 - 1	21		ER1	Formato AAAA-MM-DDTHH:MM:DD TZD
87	infPassageiro	2	Informações do passageiro	G		0 - 1				
88	xNome	3	Nome do Passageiro	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	
89	CPF	3	Número do CPF	E	N	0 - 1	11		ER9	Informar os zeros não significativos.
90	tpDoc	3	Tipo do Documento de identificação	E	N	1 - 1	1	D19		1-RG 2-Título de Eleitor 3-Passaporte 4-CNH 5-Outros
91	nDoc	3	Número do Documento do passageiro	E	C	1 - 1	2 - 20		ER34	
92	xDoc	3	Descrição do tipo de documento "outros"	E	C	0 - 1	2 - 100		ER34	
93	dNasc	3	Data de Nascimento	E	D	0 - 1	10		ER35	Formato AAAA-MM-DD

94	fone	3	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER43	
95	email	3	Endereço de E-mail	E	C	0 - 1	1 - 60		ER54	
96	**infViagem**	**1**	**Grupo de informações da viagem do BPe**	**G**		**1 - *n***				
97	nroVoo	2	Código voo viagem	E	C	1 - 1	1 - 20			
97 a	SiglaCiaOperVoo	2	Sigla IATA da Companhia que opera o voo	E	C	1 - 1	1 - 3		ER4	
98	tpViagem	2	Tipo de Viagem	E	N	1 - 1	2	D11		Informa o código do tipo da viagem 00- Regular Doméstico; 01- Regular Internacional; 02- Não Regular Doméstico; e 03- Não Regular Internacional.
99	cAeroOrig	2	Código IATA do Aeroporto de origem	E	C	1 - 1	3-4		ER34	
100	cAeroDest	2	Código IATA do Aeroporto de destino	E	C	1 - 1	3-4		ER34	
101	tpServ	2	Tipo de Serviço	E	N	1 - 1	2	D12		Informar o código do tipo de serviço (12 - Comercial, 13 - Executivo)
102	tpAcomodacao	2	Tipo de Acomodação	E	N	1 - 1	1	D13		Informar o código do tipo de acomodação (6-Comum, 7-Conforto)
103	tpTrecho	2	Tipo de trecho da viagem	E	N	1 - 1	1	D10		Informar do tipo de trecho (1-Normal, 2-Trecho Inicial, 3-Conexão)
104	dhViagem	2	Data e hora de referência para a viagem	E	D	1 - 1	21		ER1	Formato AAAA-MM-DDTHH:MM:DD TZD
105	dhConexao	2	Data e hora da conexão Informar se tpTrecho = 3	E	D	0 - 1	21		ER1	Formato AAAA-MM-DDTHH:MM:DD TZD
106	**infValorBPe**	**1**	**Informações dos valores do Bilhete de Passagem**	**G**		**1 - 1**				
107	vBP	2	Valor do Bilhete de Passagem	E	N	1 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais. Pode conter zeros quando o BPe for de complemento de ICMS
108	vDesconto	2	Valor do desconto concedido ao comprador	E	N	1 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais. Indicar o valor total concedido em função dos benefícios concedidos ou política de desconto da empresa Informar 0.00 em caso de passagem comercializada sem nenhum desconto
109	vPgto	2	Valor pago pelo BPe (vBP - vDesconto)	E	N	1 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
110	vTroco	2	Valor do troco	E	N	1 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
111	tpDesconto	2	Tipo de desconto/benefício para o BPe	E	N	0 - 1	2	D14		03 - Crianças 09 - Profissional da Empresa (empregados ou tripulantes da cia aérea) 10 - Programas de fidelidade (Milhagem);

										11 - Acordos Corporativos 12- Acordos com Grupos de Passageiros; 13 - Acompanhante passageiro PNE 99 - Outros
112	xDesconto	2	Descrição do tipo de desconto/benefício concedido	E	C	0 - 1	2 - 100		ER34	
113	cDesconto	2	Código do desconto quando informado com tipo 99 - Outros	E	C	0 - 1	2 - 20		ER34	
114	Comp	2	Componentes do Valor do Bilhete	G		1 - *n*				
115	tpComp	3	Tipo do Componente	E	N	1 - 1	2	D15		01 - TARIFA; 03 - TAXA EMBARQUE; 06 - BAGAGEM 07 - RESERVA DE ASSENTOS 08 - TRANSPORTE DE ANIMAIS 99 - OUTROS
116	vComp	3	Valor do componente	E	N	1 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
117	**imp**	**1**	**Informações relativas aos Impostos**	**G**		**1 - 1**				
118	IBSCBS	2	Grupo de informações do IBS e CBS	E	C	1 - 1				
120	CST	3	Código Situação Tributária do IBS/CBS	E	N	1 - 1			ER54	Utilizar tabela CST do IBS/CBS
121	cClassTrib	3	Código de Classificação Tributária do IBS e CBS	E	N	1 - 1			ER55	Utilizar tabela cClassTrib
121 a	indDoacao	3	Informar quando doação	E	N	0 - 1				Informar em caso de doação
122	gIBSCBS	3		G		0 - 1				
123	vBC	4	Valor do BC	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
#	--- x ---	4	Sequência XML	-	-	1 - 1				
125	gIBSUF	4	Grupo de informações do IBS na UF	GS		1 - 1				
126	pIBSUF	5	Alíquota do IBS de competência das UF	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
127	gDif	5	Grupo de campos do Diferimento	G		0 - 1				
128	pDif	6	Percentual do diferimento	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
129	vDif	7	Valor do diferimento	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
130	gDevTrib	5	Grupo de Informações da devolução de tributos	G		0 - 1				
131	vDevTrib	6	Valor do tributo devolvido. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.

			gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento							
132	gRed	5	Grupo de campos da redução de alíquota	G		0 - 1				
133	pRedAliq	6	Percentual de redução de alíquota do cClassTrib	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
134	pAliqEfet	6	Alíquota Efetiva que será aplicada a Base de Cálculo	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a4 casas decimais.
135	vIBSUF	5	Valor do IBS de competência das UF	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
136	gIBSMun	4	Grupo de Informações do IBS no Município	GS		1 - 1				
137	pIBSMun	5	Alíquota do IBS Municipal	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
138	gDif	5	Grupo de campos do Diferimento	G		0 - 1				
139	pDif	6	Percentual do diferimento	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
140	vDif	6	Valor do diferimento	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
141	gDevTrib	5	Grupo de Informações da devolução de tributos	G		0 - 1				
142	vDevTrib	6	Valor do tributo devolvido. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
143	gRed	5	Grupo de campos da redução de alíquota	G		0 - 1				
144	pRedAliq	6	Percentual de redução de alíquota do cClassTrib	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
145	pAliqEfet	5	Alíquota Efetiva que será aplicada a Base de Cálculo	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
146	vIBSMun	5	Valor do IBS Municipal	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
147	vIBS	4	Valor do IBS (soma de vIBSUF e vIBSMun)	ES	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
148	gCBS	4	Grupo de Tributação da CBS	G		1 - 1				
149	pCBS	5	Alíquota da CBS	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
150	gDif	5	Grupo de campos do Diferimento	G		0 - 1				
151	pDif	6	Percentual do diferimento	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
152	vDif	6	Valor do diferimento	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.

153	gDevTrib	5	Grupo de Informações da devolução de tributos	G		0 - 1				
154	vDevTrib	6	Valor do tributo devolvido. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
155	gRed	5	Grupo de campos da redução de alíquota	G		0 - 1				
156	pRedAliq	6	Percentual de redução de alíquota do cClassTrib	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
157	pAliqEfet	6	Alíquota Efetiva que será aplicada a Base de Cálculo	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
158	vCBS	5	Valor da CBS	E	C	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
159	gTribRegular	4	Grupo de informações da Tributação Regular. Informar como seria a tributação caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva. Exemplo 1: Art. 442, §4. Operações com ZFM e ALC. Exemplo 2: Operações com suspensão do tributo.	G		0 - 1				
160	CSTReg	5	Código da Situação Tributária do IBS e CBS	E	N	1 - 1			ER54	Informar qual seria o CST caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
161	cClassTribReg	5	Informar qual seria o cClassTrib caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva	E	N	1 - 1			ER55	
175	pAliqEfetRegIBSUF	5	Alíquota do IBS da UF	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais. Informar como seria a Alíquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
163	vTribRegIBSUF	5	Valor do IBS da UF	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais. Informar como seria o valor do Tributo caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
164	pAliqEfetRegIBSMun	5	Alíquota do IBS do Município	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais. Informar como seria a Alíquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
165	vTribRegIBSMun	5	Valor do IBS do Município	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais. Informar como seria o valor do Tributo caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
166	pAliqEfetRegCBS	5	Alíquota da CBS	E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais. Informar como seria a Alíquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva

167	vTribRegCBS	5	Valor da CBS	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais. Informar como seria o valor do Tributo caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
178	gTribCompraGov	4	Grupo de informações da composição do valor do IBS e da CBS em compras governamentais	G		0 - 1				
179	pAliqIBSUF	5		E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
180	vTribIBSUF	5	Valor que seria devido a UF, sem aplicação do Art. 473. da LC 214/2025	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
181	pAliqIBSMun	5		E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
182	vTribIBSMun	5	Valor que seria devido ao município, sem aplicação do Art. 473. da LC 214/2025	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
183	pAliqCBS	5		E	N	1 - 1	3, 2 3, 4		ER16	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 a 4 casas decimais.
184	vTribCBS	5	Valor que seria devido a CBS, sem aplicação do Art. 473. da LC 214/2025	E	N	1 - 1	13. 2		ER36	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
184 a	gEstornoCred	3	Grupo de informações do estorno de crédito	G		0 - 1				Informado conforme indicador no cClassTrib
184 b	vIBSEstCred	4	Valor do IBS a ser estornado	E	N	1 – 1	13,2		ER36	
184 c	vCBSEstCred	4	Valor da CBS a ser estornada	E	N	1 – 1	13,2		ER36	
185	vINSSRet	2	Valor retido de contribuição previdenciária (informar apenas no múltiplo)	E	N	0 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
186	vTotTrib	2	Valor Total dos Tributos	E	N	0 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
187	infAdFisco	2	Informações adicionais de interesse do Fisco	E	C	0 - 1	1 - 2000		ER34	Norma referenciada, informações complementares etc.
188	vTotDFe	2	Valor total do documento fiscal (vBP + total do IBS + total da CBS)	E	N	1 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
189	**infBPeVinculado**	**1**	**Informações do Serviço Vinculado a BPe múltiplo**	**CG**		**1 - 1**				
190	chBPeMultiplo	2	Chave de acesso do BPe Múltiplo	E	C	1 - 1	44		ER3	
191	**pag**	**1**	**Dados de Pagamento.**	**G**		**1 - 10**				
192	tPag	2	Forma de Pagamento:01-Dinheiro;02-Cheque;03-Cartão de Crédito;04-Cartão de Débito;05-Vale Transportel;06 - PIX; 99 - Outros	E	N	1 - 1	2	D16		

193	xPag	2	Descrição da forma de pagamento 99 - Outros	E	C	0 - 1	2 - 100		ER34	
194	nDocPag	2	Número do documento ou carteira apresentada nas formas de pagamento diferentes de 03 e 04	E	C	0 - 1	2 - 20		ER34	
195	vPag	2	Valor do Pagamento	E	N	1 - 1	13, 2		ER26	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 casas decimais.
196	card	2	Grupo de Cartões	G		0 - 1				
197	tpIntegra	3	Tipo de Integração para pagamento	E	N	1 - 1	1	D7		Tipo de Integração do processo de pagamento com o sistema de automação da empresa: 1=Pagamento integrado com o sistema de automação da empresa (Ex.: equipamento TEF, Comércio Eletrônico, POS Integrado) 2= Pagamento não integrado com o sistema de automação da empresa (Ex.: equipamento POS Simples)
198	CNPJ	3	CNPJ da credenciadora de cartão de crédito/débito	E	C	0 - 1	2		ER7	
199	tBand	3	Bandeira da operadora de cartão de crédito/débito	E	N	0 - 1	2	D16		01–Visa; 02–Mastercard; 03–American Express; 04–Sorocred; 05 - Elo; 06 - Diners; 99–Outros
200	xBand	3	Descrição do operador de cartão para 99 - Outros	E	C	0 - 1	2 - 100		ER34	
201	cAut	3	Número de autorização da operação cartão de crédito/débito	E	C	0 - 1	1 - 20		ER34	
202	nsuTrans	3	Número sequencial único da transação	E	C	0 - 1	1 - 20		ER34	
203	nsuHost	3	Número sequencial único do Host	E	C	0 - 1	1 - 20		ER34	
204	nParcelas	3	Número de parcelas	E	N	0 - 1	1 - 3		ER44	
205	infAdCard	3	Informações adicionais operacionais para integração do cartão de crédito	E	C	0 - 1	1 - 2000		ER34	Norma referenciada, informações complementares etc.
206	**autXML**	**1**	**Autorizados para download do XML do DFe**	**G**		**0 - 10**				**Informar CNPJ ou CPF. Preencher os zeros não significativos.**
207	CNPJ	2	CNPJ do autorizado	CE	C	1 - 1	2		ER7	Informar zeros não significativos
208	CPF	2	CPF do autorizado	CE	N	1 - 1	11		ER9	Informar zeros não significativos
209	**infAdic**	**1**	**Informações Adicionais**	**G**		**0 - 1**				
210	infAdFisco	2	Informações adicionais de interesse do Fisco	E	C	0 - 1	1 - 2000		ER34	Norma referenciada, informações complementares, etc
211	infCpl	2	Informações complementares de interesse do Contribuinte	E	C	0 - 1	1 - 5000		ER34	
212	**infRespTec**	**1**	**Informações do Responsável Técnico pela emissão do DFe**	**G**		**0 - 1**				

213	CNPJ	2	CNPJ da pessoa jurídica responsável técnica pelo sistema utilizado na emissão do documento fiscal eletrônico	E	C	1 - 1	2		ER7	Informar o CNPJ da pessoa jurídica desenvolvedora do sistema utilizado na emissão do documento fiscal eletrônico.
214	xContato	2	Nome da pessoa a ser contatada	E	C	1 - 1	2 - 60		ER34	Informar o nome da pessoa a ser contatada na empresa desenvolvedora do sistema utilizado na emissão do documento fiscal eletrônico. No caso de pessoa física, informar o respectivo nome.
215	email	2	Email da pessoa jurídica a ser contatada	E	C	1 - 1	1 - 60		ER54	
216	fone	2	Telefone da pessoa jurídica a ser contatada	E	N	1 - 1	7 - 12		ER43	Preencher com o Código DDD + número do telefone.
#	--- x ---	0	Sequência XML	-	-	0 - 1				As tags idCRT e hashCRT são filhas desta sequência opcional, se informada uma das tags a outra deverá ser informada
217	idCSRT	2	Identificador do código de segurança do responsável técnico	ES	C	1 - 1	3		ER44	Identificador do CSRT utilizado para geração do hash
218	hashCSRT	2	Hash do token do código de segurança do responsável técnico	ES	C	1 - 1	20			O hashCSRT é o resultado das funções SHA-1 e base64 do token CSRT fornecido pelo fisco + chave de acesso do DFe. (Implementação em futura NT) Observação: 28 caracteres são representados no schema como 20 bytes do tipo base64Binary
219	**infBPeSupl**	**0**	**Informações suplementares do BPe**	**G**		**1 - 1**				
220	qrCodBPe	1	Texto com o QR-Code impresso no DABPE	E	C	1 - 1	50 - 1000		ER46	
221		0	ds:Signature	E	C	1 - 1				

Expressões Regulares	
ER1	(((20(([02468][048])|([13579][26]))-02-29))|(20[0-9][0-9])-((((0[1-9])|(1[0-2]))-((0[1-9])|(1\d)|(2[0-8])))|((((0[13578])|(1[02]))-31)|(((0[1,3-9])|(1[0-2]))-(29|30)))))T(20|21|22|23|[0-1]\d):[0-5]\d:[0-5]\d([\-,\+](0[0-9]|10|11):00|([\+](12):00))
ER2	[0-9]{7}
ER3	[0-9]{6}[A-Z0-9]{12}[0-9]{26}
ER4	[0-9]{36}
ER5	[0-9]{15}
ER6	[0-9]{3,4}
ER7	[A-Z0-9]{12}[0-9]{2}

ER8	[0-9]{0}|[A-Z0-9]{12}[0-9]{2}
ER9	[0-9]{11}
ER10	[0-9]{3,11}
ER11	0|0\.[0-9]{2}|[1-9]{1}[0-9]{0,2}(\.[0-9]{2})?
ER12	0|0\.[0-9]{2}|[1-9]{1}[0-9]{0,2}(\.[0-9]{3})?
ER13	0\.[0-9]{1}[1-9]{1}|0\.[1-9]{1}[0-9]{1}|[1-9]{1}[0-9]{0,2}(\.[0-9]{2})?
ER14	[0-9]{1,3}(\.[0-9]{2,3})?
ER15	0|0\.[0-9]{3}|[1-9]{1}[0-9]{0,7}(\.[0-9]{3})?
ER16	0\.[1-9]{1}[0-9]{2}|0\.[0-9]{2}[1-9]{1}|0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{1}|[1-9]{1}[0-9]{0,7}(\.[0-9]{3})?
ER17	0|0\.[0-9]{4}|[1-9]{1}[0-9]{0,7}(\.[0-9]{4})?
ER18	0\.[1-9]{1}[0-9]{3}|0\.[0-9]{3}[1-9]{1}|0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{1}|0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{2}|[1-9]{1}[0-9]{0,7}(\.[0-9]{4})?
ER19	0\.[1-9]{1}[0-9]{5}|0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{4}|0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{3}|0\.[0-9]{3}[1-9]{1}[0-9]{2}|0\.[0-9]{4}[1-9]{1}[0-9]{1}|0\.[0-9]{5}[1-9]{1}|[1-9]{1}[0-9]{0,8}(\.[0-9]{6})?
ER20	0|0\.[0-9]{4}|[1-9]{1}[0-9]{0,10}(\.[0-9]{4})?
ER21	0\.[1-9]{1}[0-9]{3}|0\.[0-9]{3}[1-9]{1}|0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{1}|0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{2}|[1-9]{1}[0-9]{0,10}(\.[0-9]{4})?
ER22	0|0\.[0-9]{3}|[1-9]{1}[0-9]{0,11}(\.[0-9]{3})?
ER23	0\.[1-9]{1}[0-9]{2}|0\.[0-9]{2}[1-9]{1}|0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{1}|[1-9]{1}[0-9]{0,11}(\.[0-9]{3})?
ER24	0|0\.[0-9]{4}|[1-9]{1}[0-9]{0,11}(\.[0-9]{4})?
ER25	0\.[1-9]{1}[0-9]{3}|0\.[0-9]{3}[1-9]{1}|0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{1}|0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{2}|[1-9]{1}[0-9]{0,11}(\.[0-9]{4})?
ER26	0|0\.[0-9]{2}|[1-9]{1}[0-9]{0,12}(\.[0-9]{2})?
ER27	0\.[0-9]{1}[1-9]{1}|0\.[1-9]{1}[0-9]{1}|[1-9]{1}[0-9]{0,12}(\.[0-9]{2})?
ER28	[0-9]{0,14}|ISENTO|PR[0-9]{4,8}
ER29	[0-9]{2,14}
ER30	[1-9]{1}[0-9]{0,8}
ER31	0|[1-9]{1}[0-9]{0,2}
ER32	[0-9]{2}
ER33	[0-9]{1,4}
ER34	[!-ÿ]{1}[-ÿ]{0,}[!-ÿ]{1}|[!-ÿ]{1}
ER35	((((20|19|18)(([02468][048])|([13579][26]))-02-29))|((20|19|18)[0-9][0-9])-((((0[1-9])|(1[0-2]))-((0[1-9])|(1\d)|(2[0-8])))|(((0[13578])|(1[02]))-31)|(((0[1,3-9])|(1[0-2]))-(29|30)))))
ER36	[0-9]\.[0-9]{6}|[1-8][0-9]\.[0-9]{6}|90\.[0-9]{6}|-[0-9]\.[0-9]{6}|-[1-8][0-9]\.[0-9]{6}|-90\.[0-9]{6}
ER37	[0-9]\.[0-9]{6}|[1-9][0-9]\.[0-9]{6}|1[0-7][0-9]\.[0-9]{6}|180\.[0-9]{6}|-[0-9]\.[0-9]{6}|-[1-9][0-9]\.[0-9]{6}|-1[0-7][0-9]\.[0-9]{6}|-180\.[0-9]{6}
ER38	(([0-9]|[1-9][0-9]|1[0-9]{2}|2[0-4][0-9]|25[0-5])\.){3}([0-9]|[1-9][0-9]|1[0-9]{2}|2[0-4][0-9]|25[0-5])
ER39	[A-Z]{2,3}[0-9]{4}|[A-Z]{3,4}[0-9]{3}|[A-Z0-9]{7}
ER40	[0-9]{8}
ER41	[0-9]{1}
ER42	([!-ÿ]{0}|[!-ÿ]{5,20})?
ER43	[0-9]{7,12}

ER44	[0-9]{3}
ER45	BPe[0-9]{44}
ER46	((HTTPS?|https?)://.*\?chBPe=[0-9]{6}[A-Z0-9]{12}[0-9]{26}&tpAmb=[1-2](&sign=[!-ÿ]{1}[-ÿ]{0,}[!-ÿ]{1}|[!-ÿ]{1})?)
ER47	[0-9]{5}
ER48	[1-9]{1}[0-9]{0,1}|[1-8]{1}[0-9]{2}|[9]{1}[0-8]{1}[0-9]{1}|[9]{1}[9]{1}[0]{1}
ER49	[0-9]{1,6}
ER50	BPe[0-9]{6}[A-Z0-9]{12}[0-9]{26}
ER51	[0-9]{1,15}
ER52	1\.00
ER53	(([0-1][0-9])|([2][0-3])):([0-5][0-9]):([0-5][0-9])
ER54	[^@]+@[^\.]+\..+
ER55	[123567][0-9]([0-9][1-9]|[1-9][0-9])

Domínio	
D1	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53
D2	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 90, 91, 92, 93, 80, 81
D3	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 99
D4	63
D5	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO, EX
D6	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
D7	1, 2, 3, 4
D8	1,2,3,4,5,6
D9	2
D10	1, 2, 3
D11	00, 01, 02, 03
D12	12, 13
D13	6, 7
D14	03, 09, 10, 11, 12, 13, 99
D15	01, 03, 06, 07, 08, 99
D16	01, 02, 03, 04, 05, 06, 99
D17	00, 01
D18	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
D19	1, 2, 3, 4, 5
D20	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 99
D21	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 99
D22	00
D23	20
D24	40, 41, 51

D25	90
D26	1
D27	0, 3
D28	0, 1, 2
D29	1, 3, 4
D30	1, 2, 0
D31	1, 2, 3, 4, 5, 9
D32	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9